

Dommo Energia S.A.

Informações trimestrais (ITR) individuais e consolidadas acompanhadas do relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020



Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Relatório da Administração	5
Balancos patrimoniais	20
Demonstrações dos resultados	22
Demonstrações dos resultados abrangentes	24
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	25
Demonstrações dos fluxos de caixa	26
Demonstrações do valor adicionado	27
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	28

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Dommo Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512-4113
www.grantthornton.com.br

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Dommo Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.3 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia e suas controladas apresentam capital circulante líquido negativo nos montantes de R\$ 587.906 mil e R\$ 272.799 mil, individual e consolidado, respectivamente, decorrente basicamente de dívida de curto prazo com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, bem como vem apurando prejuízos de forma recorrente e apresenta passivo a descoberto no encerramento do período findo em 30 de setembro de 2020 no montante de R\$ 867.569 mil. Essa situação, entre outras descritas na nota explicativa nº 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ – 076.774/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

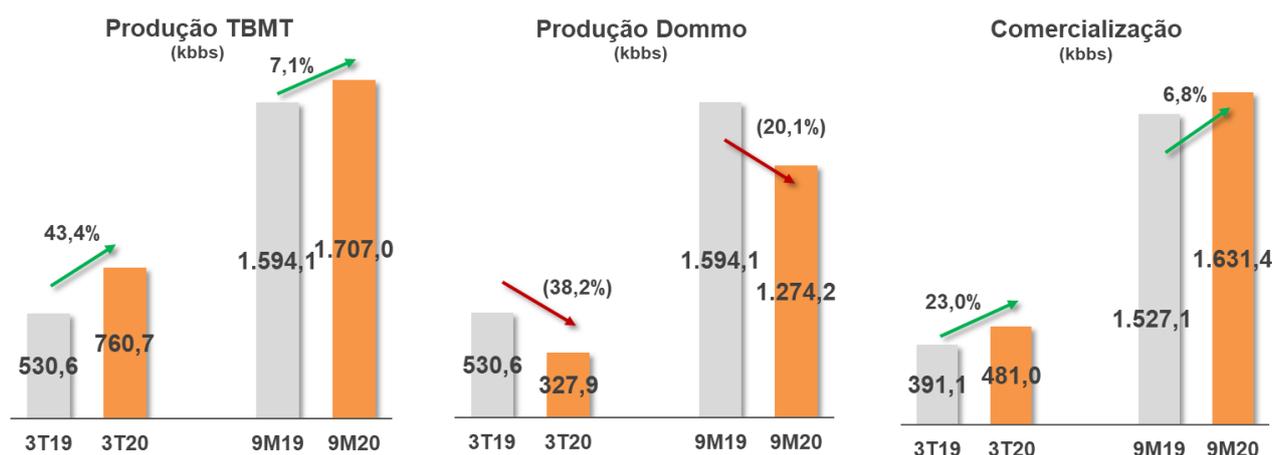
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RESULTADOS REFERENTES AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2020

A Administração da Dommo Energia S.A. (“Dommo Energia” ou “Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta seu resultado referente ao 3º trimestre de 2020 (“3T20”), bem como eventos subsequentes relevantes ao mercado. Os dados contidos neste relatório referem-se ao período do 3T20, comparados ao 3T19 (“ToT”), exceto quando especificado de forma diversa.

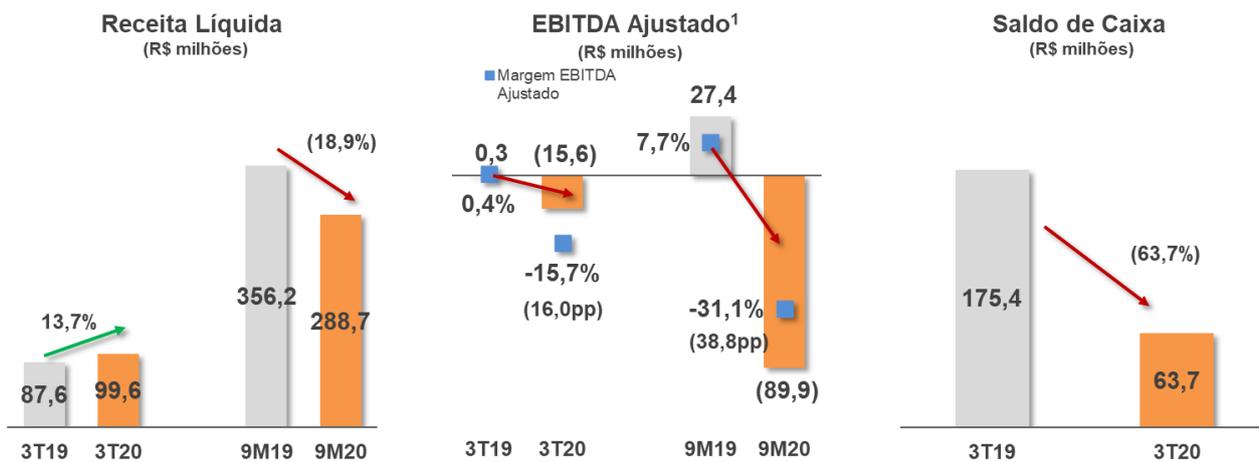
DESTAQUES DO TRIMESTRE

Os destaques do trimestre não são totalmente comparáveis aos períodos anteriores, uma vez que refletem a participação de 20% da Companhia vigente a partir de 3 de agosto de 2020.



O volume produzido no 3T20 pelo campo TBMT de 760,7 mil barris de petróleo representa um aumento na produção do campo de 43,4%. O volume produzido pelo campo referente a participação da Companhia foi de 327,9 mil barris de petróleo no 3T20 representando declínio de 38,2% quando comparado ao 3T19, decorrente dos direitos de produção de 20% a partir de 3 de agosto. Reflexo semelhante é observado no 9M20: o volume produzido pelo campo referente a participação da Companhia foi de 1.274,2 mil barris, declínio de 20,1% quando comparado ao 9M19, período no qual a Companhia detinha 100% dos direitos de produção.

O volume comercializado no 3T20 de 481,0 mil barris (+23,0%), comparado a 391,1 mil barris no 3T19 e 489,3 mil barris no 2T20.



Quando comparado ao 3T19, a receita líquida de R\$ 99,6 milhões no 3T20 (+13,7%) foi suportada pelo volume comercializado 23,0% superior e pela desvalorização média de 35,5% do Real frente ao Dólar que em conjunto compensaram a volatilidade e retração média de 31,1% das cotações do *Brent*, que registrou cotação média de US\$ 43,34 por barril no 3T20 frente a média de US\$ 62,03 por barril no 3T19. No 9M20, não obstante a desvalorização média do Real de 30,7% e do aumento de 6,8% no volume comercializado, a receita recuou 18,9%, resultado da cotação média do *Brent* 34,4% inferior (US\$ 42,53 por barril no 9M20 comparado a US\$ 64,75 por barril no 9M19).

A posição de caixa ao final do 3T20 não captura o valor de contas a receber de R\$ 79,5 milhões da comercialização que ocorreu no final de setembro. Quando considerado esse valor, o saldo de caixa mais recebíveis perfaz R\$ 143,2 milhões.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O resultado da Companhia continua a refletir os efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19, que causou mudanças significativas nos padrões de oferta e demanda de energia, com os preços do petróleo, em particular, experimentando uma volatilidade e queda significativa desde o início de 2020.

Destacamos que os desafios enfrentados desde 2018 no retorno à normalidade, assim como no gerenciamento de passivos fiscais e regulatórios de períodos anteriores, não se dissiparam e devem ser diligentemente considerados pelos potenciais investidores e acionistas atuais. Atenção especial é chamada para as Notas 1.3 (Continuidade), 16 (Provisões) e 18 (Contingências), onde os investidores podem encontrar mais detalhes. Deve-se notar também que, desde dezembro de 2018, o balanço patrimonial da Companhia é caracterizado por patrimônio líquido negativo, e, portanto, o valor das obrigações da Companhia é atualmente superior ao valor de seus ativos. Como sempre, a Administração continuará a se empenhar na defesa dos interesses da Dommo Energia e de seus acionistas.

¹ Vide Anexo I para cálculo do EBITDA Ajustado

Em 3 de fevereiro de 2020, a Companhia informou seus acionista e ao mercado em geral, através de Fato Relevante², a respeito da celebração de um Acordo de *Farm-out* (“*Farm-out Agreement – FOA*”) e de um Contrato de Operação Conjunta (“*Joint Operating Agreement – JOA*”) a respeito de 80% do Campo de Tubarão Martelo (“TBMT”) (FOA e JOA em conjunto “Transação TBMT”) com a PetroRio Oleo e Gas Ltda (“PetroRio”). Os efeitos da Transação TBMT estão parcialmente refletidos no resultado 3T20, uma vez que em 3 de agosto de 2020, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP aprovou³ a transação, tendo a Companhia deixado de ser operadora e passado a deter participação de 20% na concessão do campo.

Destacamos que em 18 de agosto de 2020⁴ a Revitalização do TBMT foi concluída, com a entrada em operação do poço 7-TBMT-4HP, elevando a produção do campo para cerca de 10 mil barris de óleo por dia a partir de 5 poços produtores, antes cerca de 6 mil barril de óleo por dia a partir de 3 poços produtores.

Por fim destacamos os desafios decorrentes dos fundamentos da indústria, que sofreram mudanças significativas nos padrões de oferta e demanda de energia, resultado da pandemia do COVID-19, e também pelo cenário incerto a respeito do volume diário ofertados pela OPEP e OPEP+, que tem se traduzido em forte volatilidade das cotações do petróleo, e conseqüentemente em incertezas para a indústria como um todo.

Base Acionária

Cotação DMMO3 (30/09/2020)	Quantidade de ações	Valor de mercado
R\$ 1,14 por ação	Ordinárias: 270.040.228	R\$ 307,8 milhões

B3: DMMO3 (ON) | DMMO11 (Bônus de subscrição)

ATIVOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

A carteira de ativos de E&P no setor de óleo e gás da Companhia é atualmente composta por blocos offshore situados na Bacia de Campos e Bacia de Santos.

CAMPO DE TUBARÃO AZUL

A produção de petróleo foi iniciada em janeiro de 2012, no TBAZ, o qual permaneceu em produção até meados de 2015, tendo sido extraídos, aproximadamente, 6,5 milhões de barris de petróleo. Considerando que não se encontrou alternativa viável para continuar as atividades no TBAZ, a devolução da concessão foi solicitada à ANP, conforme fato relevante divulgado em 20 de setembro de 2016. A Companhia, na condição de operadora, iniciou em 2017 o processo de descomissionamento do campo e abandono dos poços, tendo concluído esta última atividade no primeiro trimestre de 2018. O processo de descomissionamento do campo encontra-se em andamento.

² [Fato Relevante 3 de fevereiro de 2020](#)

³ [Fato Relevante 3 de agosto de 2020](#)

⁴ [Fato Relevante 18 de agosto de 2020](#)

CAMPO DE TUBARÃO MARTELO

O TBMT estende-se pelas áreas dos contratos de concessão dos blocos exploratórios BM-C-39 e BM-C-40 e está situado na Bacia de Campos, em profundidade d'água de 110 metros, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.

Em 3 de agosto de 2020, a ANP conferiu vigência e eficácia (“Aprovação”) à Transação TBMT, com a PetroRio. Com a Aprovação, a Companhia passou a ter participação de 20% na concessão do campo e deixou de ser operadora. A Transação TBMT prevê ainda, a interligação (“*Tieback*”) entre os campos de Polvo e TBMT, que gerará sinergias significativas.

Até que seja concluído o *Tieback* a Companhia terá direito a 20% do óleo produzido e comercializado por TBMT e o custo operacional (“OpEx”) correspondente a sua participação será equivalente a US\$ 840 mil por mês. A PetroRio arcará com a totalidade dos custos relacionado ao afretamento da FPSO OSX-3 (“Afretamento”) e de futuros investimentos no campo, incluindo o *Tieback* (“CapEx”). Adicionalmente, assumiu a parcela de 20% da Companhia referente ao custo de abandono (“AbEx”) do TBMT.

Após a conclusão do *Tieback*, estimada pela PetroRio para meados de 2021, a Companhia terá direito a 5% do óleo total produzido em conjunto pelos Campos de Polvo e TBMT até os primeiros 30 milhões de barris, e 4% do óleo após 30 milhões de barris produzidos. A PetroRio, por sua vez, assumirá 100% do OpEx e continuará responsável por 100% do Afretamento, CapEx e AbEx do TBMT.

Na tabela a seguir, destacamos os principais efeitos esperados para a Companhia:

Alterações para Dommo	ANTES da aprovação ANP	ANTES <i>Tieback</i>	APÓS <i>Tieback</i>
Vida útil TBMT	Esperado 2 a 3 anos	Estimado: 10 anos	Estimado: 10 anos
Concessão TBMT	100% Dommo	20% Dommo	20% Dommo
Afretamento FPSO	US\$ 47,2 milhões / ano	Zero	Zero
CapEx TBMT	100% Dommo	Zero	Zero
OpEx TBMT	100% Dommo	US\$ 840 mil por mês	Zero
AbEx TBMT	R\$ 408,1 milhões ¹	Zero	Zero
Direito	100% do petróleo de TBMT	20% do petróleo de TBMT	5% do petróleo de TBMT + Polvo; 4% do petróleo após 30 milhões de barris produzidos

¹ em 30 de junho de 2020

CAMPOS DE ATLANTA E OLIVA – BLOCO BS-4

O Bloco BS-4, composto pelos Campos de Atlanta e Oliva, está situado na região pós-sal da Bacia de Santos, localizado aproximadamente à 185 km da costa, em lâmina d'água com cerca de 1.550 metros.

Conforme divulgado pela Companhia por meio do fato relevante de 23 de outubro de 2017⁵, há um procedimento arbitral (“Arbitragem”) administrado pela *London Court of International Arbitration* – LCIA, envolvendo a Companhia e os demais integrantes do consórcio (“Consórcio”). No dia 25 de setembro de 2018 a Companhia tomou conhecimento de sentença proferida pelo Tribunal Arbitral (“Decisão”) relativa à primeira fase do

⁵ [Fato Relevante 23 de outubro de 2017](#)

procedimento, a qual declarou, dentre outras coisas, que a notificação emitida por um membro do Consórcio em 10 de outubro de 2017 (“Notificação”) foi considerada válida à época de sua realização. A Notificação tinha o intuito de exercer, sem oferta de pagamento de preço, a opção de exigir a exclusão da Companhia do *Joint Operating Agreement* – JOA, do contrato de Consórcio e do contrato de Concessão, todos relativos ao BS-4.

No dia 08 de abril de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante⁶, comunicando seus acionistas e o mercado em geral que, em 04 de abril de 2019, propôs perante a *Cour d'appel* (Tribunal de Apelações) de Paris, com fundamento no artigo 1520 do Código de Processo Civil Francês, ação com pedido de declaração de nulidade da Decisão proferida em 24 de setembro de 2018 na Arbitragem entre as sociedades consorciadas para exploração do BS-4.

No dia 24 de junho de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante⁷, a respeito da decisão da Diretoria Colegiada da ANP, proferida do dia 19 de junho de 2019, autorizando a cessão da participação da Companhia no Bloco BS-4 para os sócios do consórcio, fundamenta na utilização da cláusula mandato constante no JOA. No entendimento da Companhia, a decisão parte de premissas e informações inverídicas e equivocadas apresentadas pelos sócios do consórcio. Com o fim de anular a referida decisão da ANP, a Dommo Energia apresentou, em 26 de agosto de 2019, requerimento de procedimento arbitral (“Procedimento Arbitral”) em face da ANP e dos demais sócios do Consórcio, conforme Comunicado ao Mercado⁸, divulgado no dia 27 de agosto de 2019.

Em 20 de julho de 2020, a Companhia foi notificada da sentença proferida na fase 3 da Arbitragem, que, dentre outras questões, reconheceu como válida a Notificação à época em que foi feita, tendo determinado que a Dommo Energia reembolse determinados custos às partes, possibilitando, ainda, a compensação de R\$ 1,6 milhões de cobranças indevidas da operadora do consórcio. A referida decisão ainda está pendente da análise de pedidos de esclarecimentos das partes, bem como de sua homologação pelo STJ.

⁶ [Fato Relevante 08 de abril de 2019](#)

⁷ [Fato Relevante 24 de junho de 2019](#)

⁸ [Comunicado ao Mercado 27 de agosto de 2019](#)

DESEMPENHO OPERACIONAL

Do ponto de vista econômico, destacam-se dois fundamentos com impacto direto no desempenho da Companhia: (i) cotação do petróleo e (ii) taxa de câmbio.

COTAÇÕES DO BRENT

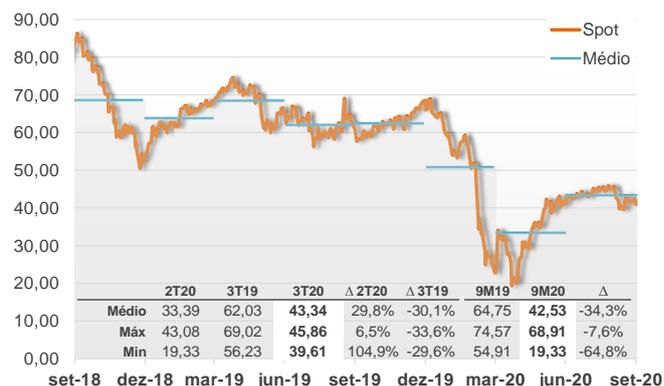
Os preços do petróleo continuam a experimentar volatilidade significativa decorrentes da pandemia do COVID-19 causou mudanças significativas nos padrões de oferta e demanda de energia. No 3T20, os preços mostraram recuperação comparados ao 2T20, mas continuaram em patamar bastante inferior aos preços do mesmo período no ano anterior, impactando toda a indústria.

O preço médio do *Brent* no 3T20 foi de US\$ 43,34 por barril, uma recuperação de 29,8% em relação ao preço médio do 2T20, mas ainda representando uma retração de 30,1% em relação ao preço médio de US\$ 62,03 por barril do mesmo período de 2019.

COTAÇÃO DO BRENT

US\$ por barril

(Fonte: Bloomberg)



TAXA DE CÂMBIO

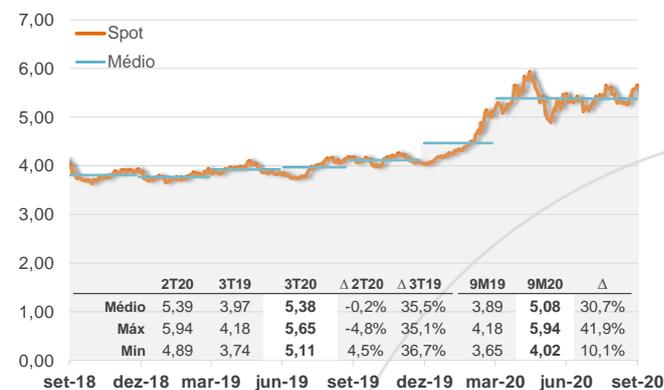
As preocupações com os efeitos econômicos da pandemia do COVID-19 continuam a impulsionar a volatilidade e desvalorização cambial. Embora globalmente os governos tenham introduzido respostas fiscais e monetárias, as perspectivas de retração econômica global continuam resilientes. No ambiente doméstico, as incertezas dos efeitos do COVID-19 na atividade econômica, dúvidas na capacidade de estímulo monetário que o governo pode manter e morosidade das reformas administrativa e fiscal, aliadas a contínuos ruídos políticos, são fatores que dão mais força à volatilidade e desvalorização da taxa de câmbio.

Enquanto no comparativo entre o 3T20 e o 2T20, o câmbio permaneceu relativamente estável, com taxa média de R\$/US\$ 5,38, a volatilidade e desvalorização no comparativo de 9M20 e 9M19 é mais acentuada, com uma taxa média no 9M20 de R\$/US\$ 5,08 frente a taxa média de R\$/US\$ 3,89 no 9M19.

COTAÇÃO DO DÓLAR

R\$/US\$

(Fonte: Banco Central)

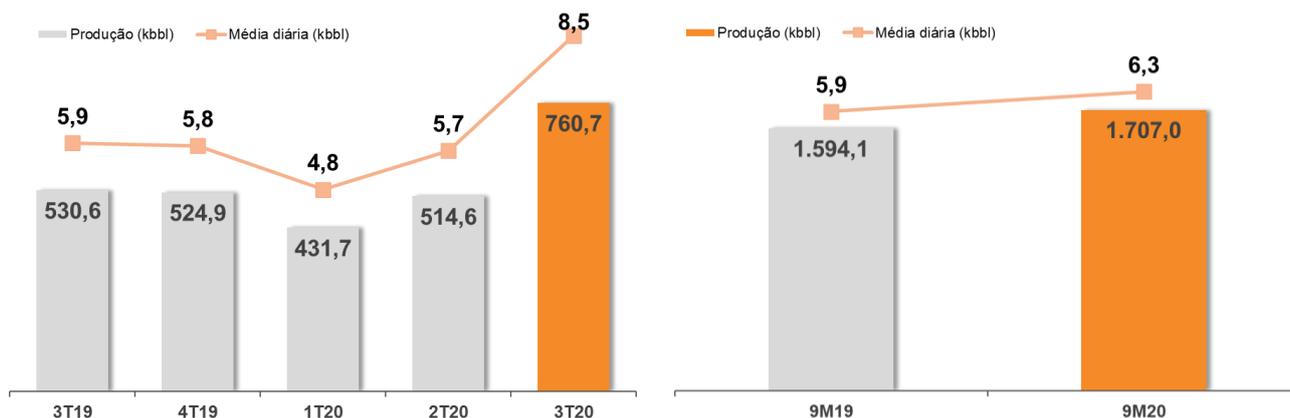


DADOS OPERACIONAIS

Em razão à aprovação da Transação TBMT em 3 de agosto de 2020, destacamos a seguir os dados operacionais relacionados a 100% do TBMT, bem como da participação atribuída à Companhia.

Campo TBMT

A Revitalização do campo foi concluída, tendo o poço 7-TBMT-2HP entrado em operação no dia 25 de junho de 2020, e o poço 7-TBMT-4HP em 18 de agosto de 2020, perfazendo 5 poços em operação.



O TBMT registrou produção no 3T20 de 760,7 mil barris, representando incremento de 43,4% comparado ao 3T19, quando foram produzidos 530,6 mil barris. No 9M20 a produção alcançou 1.707,0 mil barris comparado a 1.594,1 mil barris no 9M19, aumento de 7,1%. O aumento da produção, notadamente a partir do 3T20, é decorrente da conclusão da Revitalização.

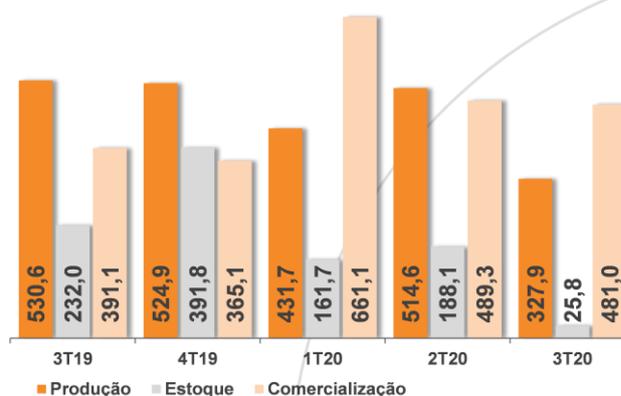
Participação atribuída à Companhia

O volume de produção atribuído à Companhia no 3T20 foi de 327,9 mil barris, sendo que o menor volume, quando comparado ao 2T20 e 3T19, é atribuído à participação de 20% em vigor a partir de 3 de agosto de 2020. O gráfico ao lado apresenta o histórico dos dados operacionais, sendo que o 3T20 não é comparável aos trimestres anteriores devido as participações diferentes da Companhia no TBMT.

No 9M20, o volume de produção atribuído à Companhia foi de 1.274,2 mil barris comparado à 1.594,1 mil barris no 9M19 (-20,1%).

DADOS OPERACIONAIS ATRIBUÍDOS À COMPANHIA

kbbls



DESTAQUES FINANCEIROS

As informações financeiras são apresentadas em bases consolidadas, em milhões de reais e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A partir do início de 2019, a divulgação dos resultados adere aos requerimentos de divulgação sobre a nova norma de arrendamentos (CPC 06 (R2) | IFRS 16), sendo os principais impactos na Companhia referentes a:

- 🔥 Balanço patrimonial: valor contábil dos ativos de direito de uso e as rubricas correspondentes
- 🔥 Demonstração de resultado: despesas de amortização dos ativos de direito de uso e despesas financeiras atreladas ao arrendamento

Os destaques financeiros refletem os termos da Transação TBMT vigentes a partir da Aprovação.

PRINCIPAIS MÉTRICAS

R\$ milhões	3T19	3T20	Δ	9M19	9M20	Δ
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	3,97	5,38	35,5%	3,84	4,92	28,0%
Volume comercializado (kbbbls)	391,1	481,0	23,0%	1.527,1	1.631,4	6,8%
Receita líquida	87,6	99,6	13,7%	356,2	288,7	-18,9%
Custo do produto vendido (CPV)	(79,5)	(103,2)	29,9%	(307,8)	(346,8)	12,7%
Lucro / (Prejuízo) bruto	8,1	(3,6)	-144,6%	48,3	(58,1)	-220,3%
Margem bruta	9,3%	-3,6%	-12,9 p.p.	13,6%	-20,1%	-33,6 p.p.
EBITDA Ajustado	0,3	(15,6)		27,4	(89,9)	
Margem EBITDA Ajustado	0,4%	-15,7%	-16,0 p.p.	7,7%	-31,1%	-38,8 p.p.
Lucro (prejuízo) do período	(98,5)	185,6		(120,2)	(405,8)	

A acentuada contração e forte volatilidade nas cotações do *Brent* foram e continuam sendo os grandes desafios para a Companhia e indústria em 2020. Os impactos decorrentes da contração e volatilidade nas cotações estão evidenciados nas métricas financeiras observadas na tabela acima.

A receita líquida no 3T20, R\$ 99,6 milhões, representando aumento de 13,7% em relação a receita líquida de R\$ 87,6 milhões no 3T19. Quando comparados 9M20 e 9M19, a receita líquida de R\$ 288,7 milhões do 9M20, apresenta resultado acentuada retração em relação a receita líquida de R\$ 356,2 milhões do 9M19. Tais resultados são explicados por:

- 🔥 3T20 vs 3T19: aumento de 23% no volume comercializado e desvalorização média de Real de 35,5%, que combinados contribuíram para absorver o impacto da volatilidade e recuo na cotação média do *Brent*, que foi de US\$ 43,34 por barril no 3T20 frente a US\$ 63,02 por barril no 3T19 (-30,1%);
- 🔥 9M20 vs 9M19: apesar da desvalorização média do Real de 28% no 9M20 e da expansão de 6,8% do volume comercializado, esses fatores combinados não foram suficientes para absorver o recuo de 34,3% da cotação média do *Brent* que foi US\$ 42,53 por barril no 9M20, comparado a US\$ 64,75 por barril no 9M19.

RESULTADO BRUTO

O 3T20 continuou marcado por volatilidade significativa e preço do petróleo marcadamente abaixo aos patamares de 2019, e assim a Companhia, apesar de melhora comparado ao 2T20, continuou operando abaixo do ponto de equilíbrio, resultando em prejuízo bruto de R\$ 3,6 milhões e margem de contribuição negativa de 3,6%. Dessa forma, o resultado do 9M20 foi prejuízo bruto de R\$ 58,1 milhões (margem de contribuição negativa de 20,1%) comparado com lucro bruto de R\$ 48,3 milhões (margem de contribuição de 13,6%) no mesmo período de 2019.

EBITDA AJUSTADO

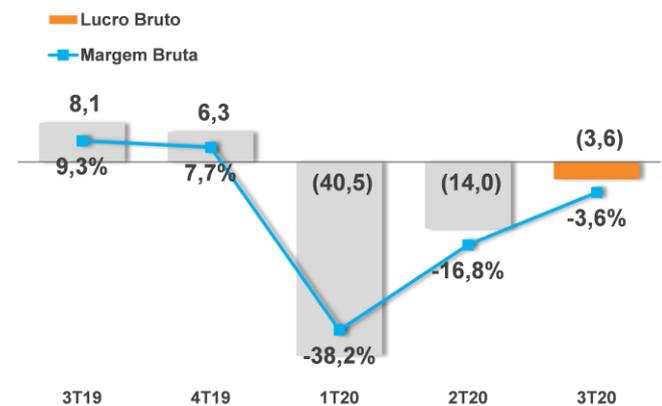
O EBITDA no 3T20, conforme a instrução CVM 357, foi de R\$ 175,7 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 53,9 milhões no 3T19. No 9M20, o resultado é EBITDA negativo de R\$ 215,5 milhões, em relação a negativo R\$ 27,3 milhões no 9M19.

Em termos de EBITDA Ajustado, no 3T20 este foi negativo R\$ 15,6 milhões (margem negativa de 15,7%), comparado à positivo R\$ 0,3 milhões no 3T19, e negativo R\$ 89,9 milhões no 9M20 (margem negativa de 31,1%), comparado à positivo R\$ 27,4 milhões no 9M19.

O EBITDA Ajustado no 3T20 reconcilia: (i) baixa de *impairment* sem efeito caixa de R\$ 1.851,3 milhões; (ii) efeitos não caixa e não recorrentes decorrentes da Transação TBMT de R\$ 1.463,3 milhões; (iii) impactos, baixas e efeitos do IFRS 16 de R\$ 159,9 milhões; (iv) PIS e Cofins sobre resultado financeiro de R\$ 26,0 milhões; (v) *workover* de R\$ 11,9 milhões e (vi) provisões de marcação a mercado do estoque de petróleo.

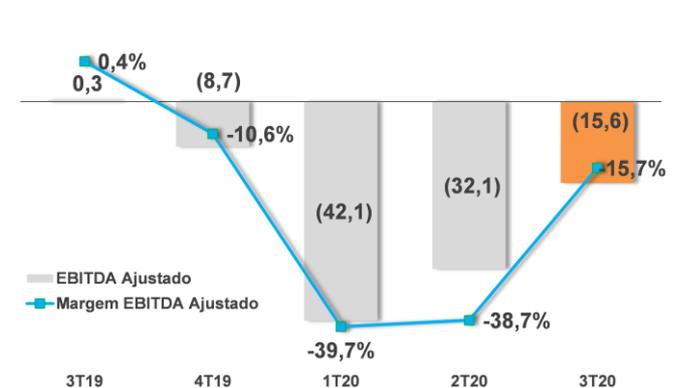
RESULTADO BRUTO E MARGEM

R\$ milhões



EBITDA AJUSTADO

R\$ milhões



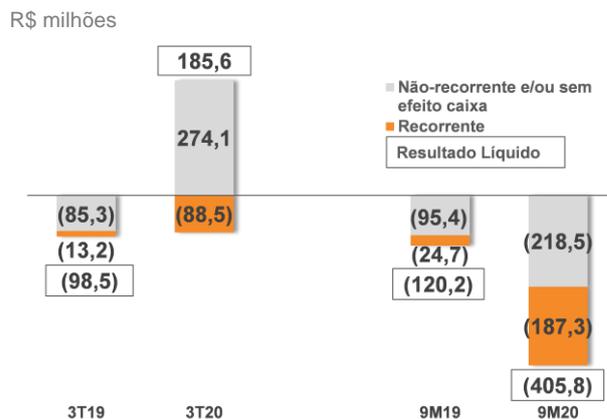
RESULTADO LÍQUIDO

Para análise de efeito caixa, o resultado líquido deve ser ajustado, pois parcela relevante do resultado é atribuída a resultados não recorrentes e sem efeito caixa (“Ajuste”). O gráfico ao lado ilustra a composição dos resultados líquidos.

No 3T20 a Companhia registrou como resultado recorrente prejuízo líquido de R\$ 88,5 milhões. Quando considerado o Ajuste de R\$ 274,1 milhões, a Companhia demonstra lucro líquido de R\$ 185,6 milhões comparado a prejuízo líquido de R\$ 98,5 milhões no 3T19. O Ajuste no 3T20 é composto por reconciliação dos seguintes efeitos:

- 🔥 Positivos: (i) efeitos não caixa e não recorrentes decorrentes da Transação TBMT de R\$ 1.463,3 milhões; (ii) Efeitos IFRS 16 no TBMT de R\$ 90,2 milhões; (iii) PIS/Cofins sobre resultado financeiro de R\$ 26,0 milhões; (iv) *workover* de R\$ 11,9 milhões; e (v) provisões sem efeito caixa de R\$ 0,9 milhões; e;
- 🔥 Negativos: (vi) baixa de *impairment* de R\$ 1.851,3 milhões; (vii) ganho de variação cambial líquida de R\$ 13,0 milhões; e (viii) estorno de provisão para perda de estoques de R\$ 2,1 milhões.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO



ATIVO

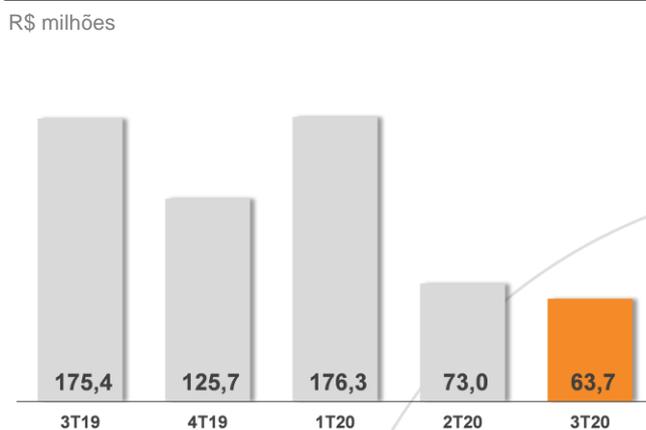
Com a Aprovação, o Ativo Total da Companhia que no 4T19 era de R\$ 1.339,7 milhões encerrou o 3T20 em R\$ 352,1 milhões, resultado principalmente da baixa de Direito de Uso, que passou de R\$ 824,4 milhões no 4T19 para R\$ 5,2 milhões no 3T20, e baixa no Imobilizado que passou de R\$ 178,8 milhões no 4T19 para R\$ 35,4 milhões no 3T20.

O Ativo Circulante no 3T20 de R\$ 191,7 milhões corresponde por 54,4% do Ativo Total e é composto principalmente por (i) contas a receber de R\$ 79,5 milhões; (ii) caixa e equivalentes de R\$ 63,7 milhões; e (iii) outros créditos de R\$ 38,2 milhões. Quando somada a posição de contas a receber ao saldo de caixa, este perfaz R\$ 143,2 milhões.

PASSIVO

As contas de Passivo do balanço patrimonial também refletem os efeitos da Aprovação. Os principais ajustes no Passivo são referentes a: (i) baixa no valor de Arrendamentos a pagar para R\$ 5,2 milhões (R\$ 640,6 milhões e R\$ 785,7 milhões no 2T20 e 4T19, respectivamente); (ii) baixa integral da provisão de abandono do TBMT que era de R\$ 408,1 milhões e R\$ 291,5 milhões no 2T20 e 4T19, respectivamente.

SALDO DE CAIXA



O Passivo não circulante de R\$ 755,2 milhões, passou a ser composto essencialmente por (i) provisões para contingências e compromissos regulatórios no valor de R\$ 211,7 milhões; (ii) provisões para obrigação de abandono de campos exploratórios no montante de R\$ 80,6 milhões; e (iii) provisões para compensações ambientais na quantia de R\$ 74,8 milhões. A provisão para PIS/Cofins diferido de R\$ 384,4 milhões é decorrente de receitas de variações monetárias não-realizadas.

O patrimônio líquido continua negativo em R\$ 867,6 milhões, portanto, o valor das obrigações da Companhia é superior ao valor de seus ativos, espelhando tantos os desafios que ainda são enfrentados para o retorno à normalidade das atividades, assim como da indústria de óleo e gás.

CAPEX (INVESTIMENTO) E DESPESAS COM INTERVENÇÃO DE POÇO (*WORKOVER*)

O principal marco da Revitalização durante o 3T20 foi a entrada em operação do poço 7-TBMT 4-HP no dia 25 de junho de 2020, marcando a conclusão da Revitalização. Os investimentos totalizaram US\$ 56,0 milhões, sendo que ao final do 3T20 US\$ 43,8 milhões já haviam sido pagos.

CORONAVIRUS (COVID-19)

A Companhia segue desde o início da pandemia todas as orientações de prevenção do Ministério da Saúde visando proteger os seus colaboradores e suas operações contra as ameaças que estão sendo apresentadas pelo COVID-19. Além disso, adotamos o trabalho remoto e a área de SMS implementou Plano de Contingência em conformidade com os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades e agências.

A Companhia reconhece a recomendação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, que destaca a importância das Companhias considerarem os impactos do agente de coronavírus ("COVID-19") em seus negócios e divulgarem os potenciais riscos e incertezas, se houverem, decorrentes dessa análise, levando em consideração as normas contábeis aplicáveis.

Na data desta informação trimestral, a Companhia continua monitorando e acompanhando a evolução do COVID-19 e, até o momento, não identificou alterações significativas no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas 1.3, 10, 11, 11b, 12, 13, 16, 18 e 28. A Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo e, portanto, não pode prever os impactos diretos e indiretos do COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

EVENTOS SUBSEQUENTES

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Em 21 de outubro de 2020, o Conselho de Administração deliberou o aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de créditos, dentro do limite do capital autorizado, no valor total de R\$ 43.215.605,64 (quarenta e três milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos), com a

emissão privada de 37.908.426 (trinta e sete milhões, novecentas e oito mil, quatrocentas e vinte e seis) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,14 (um real e quatorze centavos) por ação. O presente aumento de capital visa a reduzir o endividamento da Companhia e quitar débitos em aberto sem utilização de caixa, destinando-se à quitação integral de créditos detidos pela OSX 3 Leasing B.V. ("OSX-3"), do mesmo valor do aumento do capital social.

Os recursos aportados pelos acionistas em decorrência de eventual exercício dos seus respectivos direitos de preferência serão transferidos à OSX-3 em pagamento total ou parcial, conforme o caso, do seu crédito. A OSX-3, é um dos "limited partners" da sociedade Settlement ShareCo L.P., tendo participação correspondente a 46,2817%, que por sua vez é acionista da Companhia, detentora de ações representativas de 46,2884% do capital total.

As informações e procedimentos a serem observados referentes ao Aumento de Capital foram divulgadas aos acionistas através de Aviso aos Acionistas⁹, no dia 21 de outubro de 2020.

DISCLAIMER

Estas apresentações podem conter previsões acerca de eventos futuros. Tais previsões refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia sobre condições futuras da economia, além do setor de atuação, do desempenho e dos resultados financeiros da Companhia, dentre outros. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, conseqüentemente, não são garantias de resultados futuros da Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas. Em nenhuma hipótese a Companhia ou seus conselheiros, diretores, representantes ou empregados serão responsáveis perante quaisquer terceiros (inclusive investidores) por decisões ou atos de investimento ou negócios tomados com base nas informações e afirmações constantes desta apresentação, e tampouco por danos indiretos, lucros cessantes ou afins. A Companhia não se obriga a atualizar as apresentações e previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros. A Companhia não tem intenção de fornecer aos eventuais detentores de ações uma revisão das afirmações ou análise das diferenças entre as afirmações e os resultados reais. Esta apresentação não contém todas as informações necessárias a uma completa avaliação de investimento na Companhia. Cada investidor deve fazer sua própria avaliação, incluindo os riscos associados, para tomada de decisão de investimento. Os valores informados para o período corrente em diante são estimativas ou metas. Adicionalmente, esta apresentação contém alguns indicadores financeiros que não são reconhecidos pelo BR GAAP ou IFRS. Esses indicadores não possuem significados padronizados e podem não ser comparáveis a indicadores com descrição similar utilizados por outras companhias. Nós fornecemos estes indicadores porque os utilizamos como medidas de performance da companhia; eles não devem ser considerados de forma isolada ou como substituto para outras métricas financeiras que tenham sido divulgadas em acordo com o BR GAAP ou IFRS.

⁹ [Aviso aos Acionistas 21 de outubro de 2020](#)

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

R\$ milhões

Demonstrações dos Resultados	3T19	3T20	Δ	9M19	9M20	Δ
Receita líquida de venda	87,6	99,6	13,7%	356,2	288,7	-18,9%
Custo dos produtos vendidos	(79,5)	(103,2)	29,9%	(307,8)	(346,8)	12,7%
Resultado bruto	8,1	(3,6)	-144,6%	48,3	(58,1)	-220,3%
Despesas operacionais						
Despesas administrativas e gerais	(14,1)	(23,9)	69,6%	(45,6)	(50,1)	9,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	(60,1)	(1.658,1)	2658,4%	(27,7)	(1.938,3)	6909,0%
(Provisão)/realização/reversão de <i>impairment</i>	(4,1)	1.851,3	-45285,8%	(55,8)	1.785,3	-3300,7%
Resultado de equivalência patrimonial	1,5	(2,5)	-266,0%	2,4	0,3	-89,2%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	(68,7)	163,1	-337,5%	(78,3)	(261,0)	233,3%
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	1,6	0,2	-89,6%	17,1	1,5	-91,2%
Despesas financeiras	(8,0)	9,3	-215,4%	(41,7)	(14,8)	-64,5%
Variação cambial líquida	(23,4)	13,0	-155,6%	(17,2)	(131,5)	664,8%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(98,5)	185,6	-288,3%	(120,2)	(405,8)	237,7%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Lucro líquido (prejuízo) do período	(98,5)	185,6	-288,3%	(120,2)	(405,8)	237,7%
Reconciliação de Contas - Cálculo EBITDA Ajustado						
Receita líquida	87,6	99,6	13,7%	356,2	288,7	-18,9%
Lucro (prejuízo) líquido	(98,5)	185,6	-288,3%	(120,2)	(405,8)	237,7%
Ajustes						
Imposto de renda e contribuição social	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Resultado financeiro	29,9	(22,4)	-175,2%	41,8	144,8	246,2%
Depreciação e amortização	14,8	12,6	-14,9%	51,0	45,5	-10,7%
EBITDA conforme Inciso I do Art 3º da CVM 527	(53,9)	175,7	-425,8%	(27,3)	(215,4)	689,5%
Outros ajustes						
IFRS 16	(7,7)	69,8	-1010,2%	(23,6)	38,7	-264,0%
Provisões (estorno) sem efeito caixa não ligadas a operação TBMT	-	0,9	n.a.	(26,2)	8,1	-130,9%
Provision for inventory loss	0,0	(2,1)	-105500,0%	0,0	-	-100,0%
PIS e COFINS sobre resultado financeiro ^(a)	57,8	26,0	-55,0%	48,6	221,4	355,2%
<i>Impairment</i> ^(b)	4,1	(1.851,3)	-45285,8%	55,8	(1.785,3)	-3300,7%
Provisão para perda em investimentos	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Provisão para realização de ajustes acumulados de conversão	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Transação TBMT - Não caixa	-	1.463,3	n.a.	-	1.463,3	n.a.
Baixa efeitos IFRS - 16 TBMT	-	90,2	n.a.	-	90,2	n.a.
Workover	-	11,9	n.a.	-	89,2	n.a.
EBITDA Ajustado	0,3	(15,6)	-5079,6%	27,4	(89,9)	-428,5%
Margem EBITDA Ajustado	0,4%	-15,7%	-16 p.p.	7,7%	-31,1%	-39 p.p.

(a) Resultado decorrente da receita financeira de variação cambial e não tem efeito caixa. É contabilizado na DRE na rubrica despesa operacional. Foi reconciliado para não causar distorção na análise do EBITDA.

(b) Tem efeito similar à depreciação e não tem efeito caixa. Foi reconciliado para não causar distorção na análise do EBITDA.

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ milhões

Ativo	3T20	4T19	Δ
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	63,7	125,7	(61,9)
Caixa restrito	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-
Depósitos vinculados	4,7	6,6	(1,9)
Contas a receber	79,5	-	79,5
Estoque de óleo	5,5	81,2	(75,6)
Créditos com partes relacionadas	-	-	-
Outros créditos	38,2	7,4	30,8
	191,7	220,8	(29,2)
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	119,5	111,6	7,9
Depósitos vinculados	-	-	-
Estoque de materiais	13,9	13,9	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar IRPJ e CSLL diferidos	105,6	97,7	7,9
Créditos com partes relacionadas	-	-	-
Direito de uso	5,2	824,4	(819,1)
Investimentos	0,3	4,2	(4,0)
Imobilizado	35,4	178,8	(143,3)
Intangível	0,0	0,0	-
Total do Ativo	352,1	1.339,7	(987,6)
Passivo	3T20	4T19	Δ
Circulante			
Fornecedores	179,6	40,7	138,9
Impostos e participações a recolher	47,8	41,7	6,1
Salários e encargos trabalhistas	16,5	24,8	(8,3)
Contas a pagar para partes relacionadas	-	25,5	(25,5)
Provisões diversas	0,8	0,6	0,2
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1,6	203,6	(202,0)
Outras contas a pagar	218,2	124,6	93,5
	464,5	461,6	2,9
Não Circulante			
Provisões diversas	367,2	615,5	(248,3)
Arrendamentos a pagar	3,6	582,1	(578,5)
PIS e COFINS diferidos	384,4	163,0	221,4
	755,2	1.360,6	(605,4)
Patrimônio Líquido			
Capital social	412,4	412,4	-
Ações em tesouraria	-	-	-
Reservas de capital	(159,2)	(159,2)	-
Ajustes acumulados de conversão	82,5	61,8	20,7
Prejuízos acumulados	(1.203,3)	(797,5)	(405,8)
	(867,6)	(482,5)	(385,1)
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	352,1	1.339,7	(987,6)

ANEXO III – FLUXO DE CAIXA

R\$ milhões

Fluxo de Caixa	3T19	3T20	Δ
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do período	(120,2)	(405,8)	237,7%
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	51,0	47,5	-7,0%
Resultado de equivalência patrimonial	(2,4)	(0,3)	-89,2%
Opções de ações (pro rata, cancelamento/anulação e garantias)	(2,8)	0,2	-105,5%
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	55,8	(1.785,3)	-3300,7%
Provisão para perda em investimentos	-	-	n.a.
Reversão para perdas de estoques	0,0	0,0	150,0%
Provisões diversas	2,2	15,0	589,9%
Variação cambial não realizada s/ empréstimos e financiamentos	-	-	n.a.
Juros/encargos sobre financiamento ativos e passivos provisionados	-	-	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	n.a.
PIS e COFINS diferidos	48,6	221,4	355,2%
Juros e variação cambial sobre provisão para abandono	36,9	23,0	-37,6%
Transação TBMT	-	1.692,3	n.a.
Ajuste a valor justo ativos financeiros	(12,7)	-	-100,0%
Juros decorrente da adoção da IFRS 16	5,7	(9,6)	-268,9%
Ajuste custo do produto vendido decorrente da adoção da IFRS 16	(29,2)	48,2	-264,9%
Outros	0,8	22,6	2593,1%
Caixa aplicado nas operações	33,7	(130,7)	-488,0%
Variação nos ativos e passivos:			
Outros créditos e partes relacionadas	(49,3)	(56,3)	14,2%
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	0,8	(7,9)	-1110,2%
Contas a receber	-	(79,5)	n.a.
Estoques	(26,9)	66,7	-347,9%
Depósitos vinculados	(3,4)	1,9	-154,8%
Títulos e valores mobiliários	113,4	-	-100,0%
Caixa restrito	-	-	n.a.
Fornecedores	(0,4)	138,9	-39772,6%
Salários e encargos trabalhistas	7,2	(8,3)	-215,1%
Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros tributos a recolher	4,3	6,1	43,7%
Provisões diversas	(0,7)	-	-100,0%
Outras contas a pagar	5,2	93,5	1706,9%
	50,1	155,0	209,4%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	83,8	24,4	-70,9%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado	(65,8)	(86,3)	31,2%
Alienação de ativo imobilizado	0,0	-	-
Aquisições de bens intangíveis	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(65,8)	(86,3)	31,2%
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital / AFAC	0,0	-	-
Caixa consolidação OGpar	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	0,0	0,0	
Variação no caixa e equivalentes de caixa	18,0	(61,9)	-443,2%
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	157,3	125,7	-20,1%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	175,4	63,7	-63,7%
Variação no caixa e equivalentes de caixa	18,0	(61,9)	-443,3%

Dommo Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.784	15.209	63.732	125.670
Estoque de óleo	8	5.794	85.389	5.532	81.173
Depósitos vinculados	6	4.707	3.368	4.707	6.583
Contas a receber	7	-	-	79.501	-
Outros créditos e despesas antecipadas	9	38.112	7.673	38.183	7.386
Total do ativo circulante		61.397	111.639	191.655	220.812
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Estoques	8	-	-	13.923	13.923
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	14	20.220.466	14.706.363	-	-
Impostos a recuperar	13	87.049	86.605	105.584	97.654
Créditos com partes relacionadas	14	601.691	431.545	-	-
		20.909.206	15.224.513	119.507	111.577
Direito de uso	32	5.231	824.370	5.231	824.370
Investimentos	10	90.855	47.768	262	4.216
Imobilizado	11	33.951	177.690	35.435	178.751
Intangível	12	10	10	10	10
Total do ativo não circulante		21.039.253	16.274.351	160.445	1.118.924
Total do ativo		21.100.650	16.385.990	352.100	1.339.736

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	169.444	40.237	179.551	40.697
Impostos, contribuições e participações a recolher	13	47.827	41.699	47.848	41.706
Salário em encargos trabalhistas		16.458	24.752	16.458	24.752
Contas a pagar para partes relacionadas	14	263.194	191.536	-	25.540
Provisões diversas	16	801	646	801	646
Arrendamentos a pagar	32	1.627	203.610	1.627	203.610
Outras contas a pagar	17	149.952	76.233	218.169	124.628
Total do passivo circulante		649.303	578.713	464.454	461.579
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	14	19.887.962	14.446.241	-	-
Contas a pagar para partes relacionadas	14	675.739	482.879	-	-
Provisões diversas	16	367.218	615.530	367.218	615.530
Arrendamentos a pagar	32	3.608	582.111	3.608	582.111
PIS e COFINS diferidos	13	384.389	162.994	384.389	162.994
Total do passivo não circulante		21.318.916	16.289.755	755.215	1.360.635
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	19	412.399	412.399	412.399	412.399
Reservas de capital	19	(159.192)	(159.192)	(159.192)	(159.192)
Ajustes acumulados de conversão		82.517	61.808	82.517	61.808
Prejuízos acumulados		(1.203.293)	(797.493)	(1.203.293)	(797.493)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(867.569)	(482.478)	(867.569)	(482.478)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		21.100.650	16.385.990	352.100	1.339.736

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

	Nota	Controladora			
		01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita líquida de venda	20	93.537	83.284	274.449	340.040
Custo dos produtos vendidos	21	(108.106)	(83.547)	(367.205)	(323.343)
Lucro (prejuízo) bruto		(14.569)	(263)	(92.756)	16.697
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	22	(11.256)	(12.328)	(31.692)	(41.766)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(1.657.870)	(58.594)	(1.937.050)	(37.873)
(Perda) / reversão no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	25	1.845.378	(8.457)	1.768.670	(68.531)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(183.177)	(357.078)	(1.752.860)	(278.162)
		(6.925)	(436.457)	(1.952.932)	(426.332)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		(21.494)	(436.720)	(2.045.688)	(409.635)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	1.234	1.919	4.410	6.219
Despesas financeiras	23	9.654	(7.605)	(13.518)	(18.796)
Varição cambial líquida	23	196.159	343.873	1.648.996	302.062
		207.047	338.187	1.639.888	289.485
Lucro / (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		185.553	(98.533)	(405.800)	(120.150)
Imposto de renda e contribuição social	13	-	-	-	-
Lucro líquido / (prejuízo) do período		185.553	(98.533)	(405.800)	(120.150)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	31			(1,50274)	(0,44493)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

	Nota	Consolidado			
		01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita líquida de venda	20	99.587	87.589	288.690	356.163
Custo dos produtos vendidos	21	(103.219)	(79.450)	(346.805)	(307.836)
Lucro (prejuízo) bruto		(3.632)	8.139	(58.115)	48.327
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	22	(23.915)	(14.100)	(50.146)	(45.634)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(1.658.129)	(60.112)	(1.938.282)	(27.654)
(Perda) / reversão no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	25	1.851.261	(4.097)	1.785.319	(55.779)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(2.476)	1.492	262	2.432
		166.741	(76.817)	(202.847)	(126.635)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		163.109	(68.678)	(260.962)	(78.308)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	164	1.583	1.509	17.096
Despesas financeiras	23	9.280	(8.044)	(14.800)	(41.737)
Variação cambial líquida	23	13.000	(23.394)	(131.547)	(17.201)
		22.444	(29.855)	(144.838)	(41.842)
Lucro / (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		185.553	(98.533)	(405.800)	(120.150)
Imposto de renda e contribuição social	13	-	-	-	-
Lucro líquido / (prejuízo) do período		185.553	(98.533)	(405.800)	(120.150)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado			
	<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/07/2019 a 30/09/2019</u>	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/01/2019 a 30/09/2019</u>
Prejuízo do período	185.553	(98.533)	(405.800)	(120.150)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	<u>2.653</u>	<u>2.634</u>	<u>20.709</u>	<u>2.407</u>
Total do resultado abrangente	<u>188.206</u>	<u>(95.899)</u>	<u>(385.091)</u>	<u>(117.743)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 janeiro de 2019		10.250.677	(21.646)	1.727.383	60.815	(12.393.579)	(376.350)
Aumento de capital	19	7	-	-	-	-	7
Redução de capital com absorção de prejuízos acumulados	19	(11.722.602)	-	-	-	11.722.602	-
Efeito reflexo outros resultados abrangentes em controladas		-	-	(2.258)	-	-	(2.258)
Realização ações em Tesouraria OGPar		-	21.646	-	-	-	21.646
Ajustes acumulados de conversão	10	-	-	-	2.407	-	2.407
Prejuízo do período		-	-	-	-	(120.150)	(120.150)
Incorporação de saldos de reserva	19	1.884.317	-	(1.884.317)	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2019		412.399	-	(159.192)	63.222	(791.127)	(474.698)
Ajustes acumulados de conversão	10	-	-	-	(1.414)	-	(1.414)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(6.366)	(6.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		412.399	-	(159.192)	61.808	(797.493)	(482.478)
Ajustes acumulados de conversão	10	-	-	-	20.709	-	20.709
Prejuízo do período		-	-	-	-	(405.800)	(405.800)
Saldos em 30 de setembro de 2020		412.399	-	(159.192)	82.517	(1.203.293)	(867.569)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do período		(405.800)	(120.150)	(405.800)	(120.150)
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	11	28.952	37.362	47.454	51.023
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.752.860	278.162	(262)	(2.432)
Opções de ações (pro rata, cancelamento/anulação e garantias)	16	155	(2.834)	155	(2.834)
Perda / (reversão) no valor de recuperação de ativos – Impairment	11 e 25	(1.768.670)	68.531	(1.785.319)	55.779
Provisões diversas		15.019	2.177	15.019	2.177
Variação cambial não realizada s/ financiamentos ativos e passivos		(1.876.774)	(417.343)	-	-
Juros/encargos sobre financiamento ativos e passivos provisionados		(3.624)	(5.328)	-	-
PIS e COFINS diferidos	13 e 24	221.395	48.634	221.395	48.634
Juros e variação cambial sobre provisão para abandono		23.021	36.872	23.021	36.872
Transação TBMT		1.692.344	-	1.692.344	-
Ajuste a valor justo ativos financeiros	23	-	-	-	(12.654)
Juros decorrente da adoção da IFRS 16	23 e 32	(9.550)	5.654	(9.550)	5.654
Ajuste custo do produto vendido decorrente da adoção da IFRS 16	32	48.203	(29.229)	48.203	(29.229)
Provisão para perdas de estoques		5	2	5	2
Outros		-	-	22.649	841
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		(282.464)	(97.490)	(130.686)	33.683
Variação nos ativos e passivos:					
Outros créditos e partes relacionadas		380.370	395.052	(56.337)	(49.322)
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	13	(444)	1.899	(7.930)	785
Contas a receber	7	-	-	(79.501)	-
Estoques	8	70.649	(24.264)	66.695	(26.899)
Depósitos vinculados	6	(1.339)	(237)	1.876	(3.421)
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	113.378
Fornecedores	15	129.207	(1.104)	138.854	(350)
Salários e encargos trabalhistas		(8.294)	7.295	(8.294)	7.207
Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros tributos a recolher	13	6.128	4.282	6.142	4.275
Realização provisões diversas		-	(720)	-	(720)
Outras contas a pagar	17	73.719	1.724	93.541	5.177
		649.996	383.927	155.046	50.110
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		367.532	286.437	24.360	83.793
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em participações acionárias	10	(9.208)	(2.535)	-	-
Aquisições de ativo imobilizado	11	(86.298)	(65.757)	(86.298)	(65.757)
Alienação de ativo imobilizado		-	1	-	1
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(95.506)	(68.291)	(86.298)	(65.756)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital	19	-	7	-	7
Amortização de principal de financiamentos com partes relacionadas	14	(274.451)	(265.085)	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(274.451)	(265.078)	-	7
Variação no caixa e equivalentes de caixa		(2.425)	(46.932)	(61.938)	18.044
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		15.209	51.922	125.670	157.311
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		12.784	4.990	63.732	175.355
Variação no caixa e equivalentes de caixa		(2.425)	(46.932)	(61.938)	18.044

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Venda de produtos	20	274.449	340.040	288.690	356.163
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, menos royalties, depreciação e amortização	21	(311.828)	(253.160)	(291.428)	(237.653)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.701.501)	21.991	(1.704.263)	40.666
Perda no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	25	1.768.670	(68.531)	1.785.319	(55.779)
		(244.659)	(299.700)	(210.372)	(252.766)
Valor adicionado bruto		29.790	40.340	78.318	103.397
Retenções					
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	11	(28.835)	(37.362)	(47.337)	(51.023)
		(28.835)	(37.362)	(47.337)	(51.023)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		955	2.978	30.981	52.374
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(1.752.860)	(278.162)	262	2.432
Receitas financeiras	23	4.410	6.219	1.509	17.096
		(1.748.450)	(271.943)	1.771	19.528
Valor adicionado total a distribuir		(1.747.495)	(268.965)	32.752	71.902
Distribuição do valor adicionado					
Empregados (i)					
Remuneração direta		27.976	34.078	27.976	34.118
Benefícios		4.529	4.884	4.529	4.884
FGTS		2.222	2.121	2.222	2.121
		34.727	41.083	34.727	41.123
Tributos					
Impostos, taxas e contribuições		232.135	60.010	230.557	58.633
<i>Royalties</i>	21	26.921	33.358	26.921	33.358
Despesas financeiras e variação cambial líquida	23	(1.635.478)	(283.266)	146.347	58.938
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do período atribuído aos acionistas		(405.800)	(120.150)	(405.800)	(120.150)
Valor adicionado total distribuído		(1.747.495)	(268.965)	32.752	71.902

(i) Composto por valores alocados aos projetos como custo dos produtos vendidos ou imobilizado e por valores registrados como despesas administrativas e gerais.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

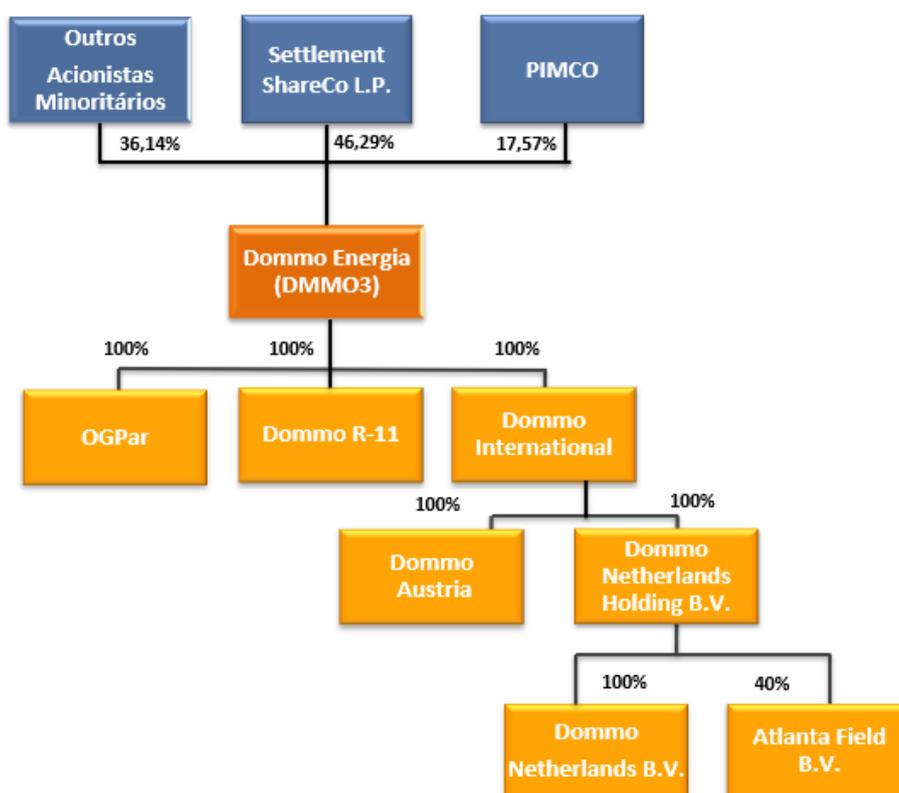
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

1.1 Estrutura societária

Em 30 de setembro de 2020 a Dommo Energia S.A. apresentava a seguinte estrutura societária:



Dommo Energia S.A. (“Dommo Energia” ou “Companhia”) foi constituída, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade, em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A Dommo Energia poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades.

Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A. (“Dommo R-11”): Constituída em 4 de outubro de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da Dommo Energia.

Dommo International GmbH (“Dommo International”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócio.

Dommo Austria GmbH (“Dommo Austria”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social todas as atividades relacionadas ao comércio de petróleo, gás natural e todos os demais hidrocarbonetos, incluindo importação, exportação, processamento, transporte e armazenagem. Pode, também, adquirir, manter e alienar participações em outras empresas e celebrar contratos de locação.

Dommo Netherlands Holding B.V. (“Dommo Netherlands Holding”): Constituída em 23 de julho de 2012, com sede em Amstelveen, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, participar no capital de outras sociedades e prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades holandesas.

Dommo Netherlands B.V (“Dommo Netherlands”): Constituída em 19 de março de 2010, com sede em Amstelveen, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para a Dommo Energia, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Atlanta Field B.V. (“Atlanta Field”): Constituída em 02 de novembro de 2012, com sede em Rotterdam, na Holanda. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento de equipamentos a serem utilizados na exploração e produção de petróleo e gás pelo Consórcio BS-4 composto por Dommo Energia com 40% de participação, Enauta Participações S.A., anteriormente denominada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“Operadora”, “Enauta” ou “QGEP”) com 30% e Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. (“Barra”) com os 30% restantes (quando em conjunto “Consórcio” ou “Consórcio BS-4”).

Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar”): Foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e posteriormente, em 06 de dezembro de 2013, para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

(*) Em dezembro de 2018 a Dommo Energia incorporou (“incorporação por ações”) a OGPar e passou a deter a totalidade das ações da OGPar. A OGPar por sua vez possuía na data de daquelas demonstrações contábeis a participação recíproca de 0,83% na Dommo Energia. Para maiores detalhes sobre a incorporação por ações vide nota explicativa 10.

1.2 Portfólio

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia possuía participação nos seguintes campos:

	País	Bacia	Bloco	Campo	Operador	% Dommo Energia	Período contratual
1	Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	Dommo Energia	100%	09/05/2012 a 09/05/2039
2	Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo (*)	Dommo Energia	20%	19/04/2012 a 19/04/2039
3	Brasil	Santos	BS-4	Atlanta	Enauta Participações	40%	27/12/2006 a 27/12/2033
4	Brasil	Santos	BS-4	Oliva	Enauta Participações	40%	27/12/2006 a 27/12/2033

* A Petrório O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. detém 80% da participação no campo.

Campos em desenvolvimento e produção

Atlanta e Oliva – em disputa

Os campos de Atlanta e Oliva estão localizados no bloco BS-4 na Bacia de Santos (“BS-4” ou “Campos de Atlanta e Oliva” ou “Campo de Atlanta”) onde a Companhia possui 40% de participação no consórcio BS-4 composto ainda pela Enauta com 30% de participação e Barra com os 30% restantes. O Campo de Atlanta iniciou a produção no dia 2 de maio de 2018.

Em outubro de 2017, a Barra notificou a Dommo Energia informando que estaria exercendo, sem oferta de pagamento de preços ou reparação de danos, uma opção de exigir a exclusão da Companhia do *Joint Operating Agreement* (“JOA”), do contrato do Consórcio BS-4 e do contrato de concessão (“Notificação”). Segundo consta na Notificação, o fundamento da exigência seria a incapacidade da Dommo Energia de remediar suposta inadimplência até o 60º (sexagésimo) dia após a data do envio de notificações de inadimplemento relativos às chamadas de recursos (*cash calls*) para cobertura dos gastos do Consórcio BS-4.

A esse respeito, a Companhia comunicou ao mercado no dia 23 de outubro de 2017 que iniciou procedimento de arbitragem a ser administrado pela *London Court of International Arbitration* - LCIA, nos termos do regulamento de arbitragem da UNCITRAL, contra a Barra e a Enauta, para questionar (i) o exercício da suposta opção pela Barra de exigir que a Dommo Energia, sem qualquer oferta de pagamento de preço ou de indenização, se retire do JOA referente ao BS-4, do contrato do Consórcio BS-4 e do Contrato de Concessão do BS-4; (ii) o estado de inadimplência da Enauta na qualidade de operadora do Consórcio BS-4; e (iii) a ilegalidade de determinadas cláusulas do JOA que supostamente autorizariam o exercício das ações intentadas pela Barra e Enauta. Há também pedido de condenação da Barra e Enauta ao pagamento das perdas e danos causados por tais condutas.

O Tribunal arbitral proferiu decisão preliminar, com efeitos a partir do segundo trimestre de 2018 (“2T18”), na qual determina que a parcela referente à participação de 40% na receita proveniente da venda do óleo seja depositada em uma conta *escrow*, que os depósitos serão utilizados para pagar *cash calls* emitidos após a decisão preliminar e outros custos e que o saldo remanescente será levantado pelo vencedor da disputa. Dessa forma, e em consonância com o CPC 25, a Dommo Energia não registrou os *billings statements* e os *cash calls*, recebidos a partir do 2T18, nos montantes de R\$ 136.458 e de R\$ 120.103, respectivamente. Da mesma forma, a receita decorrente da venda de óleo também não foi registrada. Em 18 de julho de 2018, a Operadora emitiu um comunicado à Dommo Energia sobre a abertura da conta *escrow* onde devem ser depositados os valores da venda do óleo e na qual foram depositados R\$ 42.045 em pagamento à parcela de 40% em disputa referente aos carregamentos ocorridos. Durante esse período, a Operadora resgatou o valor integral depositado na *escrow* para pagamentos dos *cash calls*, recebidos a partir do 2T18.

No dia 25 de setembro de 2018 a Companhia tomou conhecimento de sentença proferida pelo Tribunal Arbitral (“Decisão”) relativa à primeira fase do procedimento arbitral, conforme fato relevante divulgado no dia 23 de outubro de 2017. A referida Decisão declara, dentre outros fatos, que a notificação emitida pela Barra em 10 de outubro de 2017, no intuito de exercer, sem oferta de pagamento de preço, a opção de exigir a exclusão da Companhia do JOA, do contrato de Consórcio e do contrato de Concessão, todos relativos ao Bloco BS-4 – conforme fato

relevante de 20 de outubro de 2017 –, foi válida ao tempo em que realizada, devendo produzir efeitos desde a data de seu recebimento pela Companhia, ou seja, 11 de outubro de 2017, sem prejuízo da possibilidade de esta exclusão ter sua nulidade atestada em uma etapa subsequente da arbitragem, com a produção de provas que deem suporte a tal anulação. A primeira fase do procedimento arbitral não comportava produção de provas, tendo a Decisão previsto que, em nova(s) fase(s) do procedimento arbitral, mediante produção de provas, a Dommo Energia ainda possa pleitear anulação da sua exclusão e da transferência compulsória da sua participação no Bloco BS-4 e/ou indenização por perdas e danos contra Enauta e Barra. A Decisão revogou a decisão preliminar sobre a venda do óleo de titularidade da Dommo Energia produzido em BS-4, mas manteve a receita do óleo com a Barra e Enauta, razão pela qual a Dommo Energia permanece não registrando a receita nem os *cash calls*.

Os efeitos e a consequente exequibilidade da Decisão em território nacional estão sujeitos aos procedimentos de homologação de sentença estrangeira, a cargo do Superior Tribunal de Justiça – STJ, nos termos da Constituição Federal e da legislação vigente. No dia 24 de junho de 2019, foi comunicado Fato Relevante, a respeito de notificação de decisão da Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, do dia 19 de junho de 2019, aprovando pedido de cessão da participação da Companhia no Bloco BS-4, fundamenta na utilização da cláusula mandato constante no JOA. No entendimento da Companhia, a decisão parte de premissas e informações inverídicas e equivocadas apresentadas pelos sócios do consórcio.

Nesse contexto e atendendo especificamente a legislação contábil representada pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Dommo Energia reclassificou o montante de R\$ 205.920 da parcela de sua participação no BS-4 que estava classificado como mantido para venda e registrou novamente no imobilizado o valor de R\$ 101.602 e no intangível o valor de R\$ 104.318 no ano de 2018. Também no ano de 2018 em consequência da determinação dessa regra contábil, complementou o montante da *impairment* cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.084.369 e que, conforme descrito na nota explicativa 25, está líquido da provisão para abandono no montante de R\$ 264.020 em 31 de dezembro de 2018 (nota explicativa 16b) e dos *cash calls* recebidos após outubro de 2017 cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 47.648 (nota explicativa 17). Adicionalmente a Companhia reverteu a parcela do imposto de renda e da contribuição social diferidos referentes à projeção de lucros tributáveis futuros decorrentes do Bloco BS-4, considerando os aspectos inerentes a venda do óleo mencionados no processo arbitral. Ressaltamos que essas reclassificações dos registros contábeis atendem essencialmente a determinações do CPC 01 e do CPC 25, e não representam o entendimento da Administração da Companhia e de seus assessores jurídicos sobre a Decisão e nem trazem prejuízo a qualquer estratégia jurídica a ser eventualmente implementada. Durante o ano de 2019 e até o presente período findo em 30 de setembro de 2020, não houve qualquer alteração nas provisões e registros contábeis acima.

No dia 24 de junho de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante, a respeito da decisão da Diretoria Colegiada da ANP, proferida do dia 19 de junho de 2019, autorizando a cessão da participação da Companhia no Bloco BS-4 para os sócios dos consórcios, fundamenta na utilização da cláusula mandato constante no JOA. No entendimento da Companhia, a decisão parte de premissas e informações inverídicas e equivocadas apresentadas pelos sócios do consórcio.

Com o fim de anular a referida decisão da ANP, a Dommo Energia apresentou, em 26 de agosto de 2019, requerimento de procedimento arbitral (“Procedimento Arbitral”) em face da ANP e dos demais sócios do Consórcio, conforme Comunicado ao Mercado, divulgado no dia 27 de agosto

de 2019. O Procedimento Arbitral, de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão da ANP, é administrado de acordo com as Regras de Conciliação e Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("Regulamento CCI"), nos termos de seu regulamento. A lei brasileira é aplicável ao Procedimento Arbitral, que terá seu assento na cidade e Estado do Rio de Janeiro. Em 20 de julho de 2020, a Companhia foi notificada da sentença proferida na fase 3, do procedimento arbitral, que, dentre outras questões, reconheceu como válida a Notificação enviada pela Barra à Dommo Energia à época em que foi feita, tendo determinado que a Dommo Energia reembolse determinados custos às partes, possibilitando, ainda, a compensação de R\$ 1,6 milhões de cobranças indevidas da Operadora. A referida decisão ainda está pendente de análise de pedidos de esclarecimentos das partes, bem como de sua homologação pelo STJ, conforme mencionado acima.

Cumpra esclarecer, que a Companhia ainda possui outros procedimentos arbitrais em jurisdições diversas relacionadas ao bloco BS-4 envolvendo os parceiros Barra, Enauta e a ANP.

Tubarão Martelo

O Campo de Tubarão Martelo ("TBMT") estende-se pelas áreas dos contratos de concessão dos blocos exploratórios BM-C-39 e BM-C-40 e está situado na Bacia de Campos, em profundidade d'água de 110 metros, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.

Em 3 de agosto de 2020, a ANP conferiu vigência e eficácia ("Deliberação") à Transação TBMT, com efeitos retroativos à 3 de fevereiro de 2020. Com a Deliberação, a Companhia passou a ter participação de 20% na concessão do campo e deixou de ser operadora. A Transação TBMT prevê ainda, a interligação ("*Tieback*") entre os campos de Polvo e TBMT, que gerará sinergias significativas.

Até que seja concluído o *Tieback* a Companhia terá direito a 20% do óleo produzido e comercializado por TBMT e o custo operacional ("OpEx") correspondente a sua participação limitado a US\$ 840 por mês, incluindo os custos relacionados à FPSO OSX3. O novo operador arcará com a totalidade de futuros investimentos, incluindo o *Tieback* ("CapEx"), e assumiu a parcela de 20% da Companhia referente ao custo de abandono ("AbEx") do TBMT (parte do preço de venda da participação de 80%).

Após a conclusão do *Tieback*, estimada pelo novo operador para meados de 2021, a Companhia terá direito a 5% do óleo total produzido em conjunto pelos Campos de Polvo e TBMT ("Polo") até os primeiros 30 milhões de barris, e 4% do óleo do Polo após 30 milhões de barris produzidos. O novo operador continuará responsável por 100% do CapEx e da parcela de 20% da Companhia do AbEx do TBMT.

Campo em processo de descomissionamento

Tubarão Azul

Conforme fato relevante divulgado no dia 22 de janeiro de 2016, foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no Campo. O abandono dos poços foi concluído no primeiro trimestre de 2018 e o descomissionamento do campo está em andamento.

1.3 Continuidade das operações

Em 3 de fevereiro de 2020, a Companhia informou seus acionista e ao mercado em geral, através de Fato Relevante, a respeito da celebração de um Acordo de Farm-out (“Farm-out Agreement – FOA”) e de um Contrato de Operação Conjunta (“Joint Operating Agreement – JOA”) a respeito de 80% do TBMT (FOA e JOA em conjunto “Transação TBMT”). Durante o 3T20, dois marcos na busca pela normalidade foram alcançados. Em 3 de agosto de 2020, a aprovação da Transação TBMT pela ANP, com efeitos retroativos à 3 de fevereiro de 2020, tendo a Companhia passado a ter participação de 20% na concessão do campo e deixado de ser operadora, e em 18 de agosto de 2020 a conclusão da Revitalização do TBMT com a entrada em operação do poço 7-TBMT-4HP, elevando a produção do campo para cerca de 10 mil barris de óleo por dia.

Não obstante revitalização do TBMT acima mencionada que mitigam a geração de caixa no médio prazo, a Administração da Companhia chama a atenção para aspectos que indicam a existência de incertezas relevantes quanto à capacidade de continuidade operacional no longo prazo. A Dommo Energia apresenta um capital circulante líquido negativo nos montantes de R\$ 587.906 mil e R\$ 272.799 mil, individual e consolidado, respectivamente, decorrente basicamente de dívida de curto prazo com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, bem como tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou passivo a descoberto em 30 de setembro de 2020 no montante de R\$ 867.569 (R\$ 482.478 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, possui relevantes passivos de longo prazo nos montantes de R\$ 367.218 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 615.530 em 31 de dezembro de 2019). Importante ressaltar que ainda é incerto o momento de realização desses passivos. Assim, a administração da Companhia tem trabalhado em planos para reverter a situação mencionada.

Ainda com relação à revitalização do TBMT, destacamos os riscos geológicos e de preço que têm influência determinante nessa avaliação. O risco geológico refere-se tanto à dificuldade de extração quanto à possibilidade de que as reservas acessíveis em qualquer depósito sejam menores do que o estimado. Geólogos de petróleo e gás trabalham arduamente para minimizar o risco geológico, testando com frequência tais avaliações e reduzindo as variações dessas estimativas. O nível de confiança dos resultados relacionados ao volume estimado de reservas é expresso através dos termos “provado” ou “1P”, “provável” ou “2P” e “possível” ou “3P”. Além do risco geológico, o preço do petróleo e do gás é o principal fator para decidir se uma reserva é economicamente viável. Basicamente, quanto mais relevantes forem as barreiras geológicas à extração, maior o risco de preço que um determinado projeto enfrenta. Isso ocorre porque a extração não convencional geralmente custa mais do que uma perfuração vertical até um depósito. Isso não significa que as empresas de petróleo e gás automaticamente suspendam as operações em um projeto que se torna não rentável devido a uma queda de preço. Geralmente, esses projetos não podem ser rapidamente desativados e reiniciados.

Outro aspecto relevante são as contingências tributárias classificadas como possíveis e divulgadas na nota explicativa 18 no montante de R\$ 1.995.238 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 1.984.103 em 31 de dezembro de 2019) para as quais o julgamento da Companhia e de seus advogados é de que há argumentos e fundamentos que sustentam nossa defesa a respeito dos questionamentos das autoridades tributárias. Além disso, deve-se considerar que há significativa incerteza quanto ao prazo para desfecho desses assuntos. Importante mencionar que a relevante redução no montante divulgado deve-se à mudança do prognóstico de possível para remoto no processo cujo objeto é a aceitação de garantidor para suspensão de tributos federais em razão da admissão temporária no regime do Repetro e que durante o 4T19 a Companhia obteve decisão favorável no TRF e à modificação do montante em risco de processos relacionados à cobrança de IRRF sobre remessas ao exterior pelo pagamento de juros

decorrentes e ao não reconhecimento da dedutibilidade, na apuração do IRPJ e da CSSL dessa despesa de juros decorrentes de Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”).

Destacamos que as ações relacionadas ao TBMT buscaram equacionar as questões de liquidez de curto e médio prazos. E, conforme comentado acima, a Companhia segue empreendendo esforços almejando o equilíbrio financeiro de longo prazo.

Com relação ao ativo BS-4, a Companhia constituiu uma *impairment* na totalidade do valor investido para atender a legislação contábil (vide nota explicativa 11). Esse ativo permanece em disputa arbitral (vide nota explicativa 1.2). Para maiores informações e atualização do processo arbitral do Bloco BS-4 vide nota explicativa 1.2.

Com base nos planos descritos acima, a Companhia possui a capacidade de manter suas atividades operacionais e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando a base contábil de continuidade operacional.

1.4 Coronavírus (COVID-19)

A Companhia segue desde o início da pandemia todas as orientações de prevenção do Ministério da Saúde visando proteger os seus colaboradores, fornecedores e suas operações contra as ameaças que estão sendo apresentadas pelo COVID-19.

Desde o início das recomendações e medidas restritivas impostas pelos governos, como o fechamento de negócios não essenciais, a Companhia implementou as seguintes principais medidas em suas operações, alinhadas às medidas do governo:

Medidas de contingências, higiene e limpeza na FPSO/Escritório administrativo:

- Plano de Contingência em conformidade com os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades e agências
- Adoção de novas medidas de segurança para os trabalhadores operacionais, como máscaras, medição de temperatura e procedimentos para deixar as pessoas a uma distância segura entre si; e
- Monitoramento dos fornecedores para garantir o fornecimento de insumos e materiais para a manutenção das atividades da FPSO.

Medidas trabalhistas/Informativos internos:

- Trabalho remoto (*Home-office*) e adoção de critérios essenciais para limitar as operações industriais e logísticas;

Além dessas medidas, foi criado um comitê de crise focado em impactos financeiros, que monitora a saúde financeira da Companhia, com foco em caixa e resultados, propondo ações para minimizar possível redução de receitas e liquidez. Entre essas ações, estão:

- Negociação com fornecedores para estender as condições de pagamento conforme demonstrado na nota explicativa 15 (Fornecedores);
- Adoção das legislações tributárias relacionadas a contribuições previdenciárias, cujos valores parcelados já estão inclusive quitados;
- Revisão dos contratos de despesas discricionárias, como consultorias;
- Congelamento de contratações de pessoas durante o período de distanciamento social e aumentos salariais, se aplicável.

Revisão das estimativas e julgamentos:

Na data desta informação trimestral, a Companhia continua monitorando e acompanhando a evolução do COVID-19 e, até o momento, não identificou alterações significativas no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas 1.3, 10, 11, 11b, 12, 13, 16, 18 e 28. A Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo e, portanto, não pode prever os impactos diretos e indiretos do COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

Outros impactos decorrentes da COVID-19:

- O impacto do COVID-19 nas condições financeiras e resultados operacionais, incluindo tendências e perspectivas econômicas gerais, recursos financeiros e de capital ou posição de liquidez;
- Como as operações futuras podem ser impactadas, considerando possíveis impactos nos custos e nas receitas como, por exemplo, na demanda e na precificação do óleo bruto ou na cadeia de suprimentos, a Companhia vem acompanhando permanentemente a oscilação do preço do óleo e continua monitorando a evolução de suas receitas e custos, cujos efeitos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram a redução da receita líquida consolidada de R\$ 356.163 para R\$ 288.690, mesmo com volume maior comercializado no período corrente. A variação conjunta do dólar e do Brent resultaram na redução de 18,9% da receita, conforme demonstrado na nota explicativa 20.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**Base de preparação****a. Declaração de conformidade com relação às normas IFRS, às normas do CPC e às normas da CVM**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou "IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, quando aplicáveis, e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo (*fair value*).

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 1.3** - As informações contábeis intermediárias/contábeis foram elaboradas considerando a continuidade da Companhia.
- **Nota explicativa 11b** - estimativa de recuperação das reservas para fins de testes de provisão para recuperação de ativos, depreciação pelo método de unidades produzidas, provisão para abandono de área, impostos diferidos, bem como com efeito relevante na avaliação da premissa de continuidade operacional.
- **Notas explicativas 10** - Investimento na Atlanta Field BV (“AFBV”).
- **Notas explicativas 11 e 12** - Depreciação e Amortização - vidas úteis e taxas e teste de *impairment*.
- **Nota explicativa 13** - Imposto de renda e contribuição social diferidos - prazo de realização.
- **Nota explicativa 16** - Provisão para obrigação de abandono e compensação ambiental - premissas de taxa de desconto utilizada.
- **Nota explicativa 18** - Contingências - expectativa de êxito ou perda.
- **Nota explicativa 28** - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.

Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias das controladas estão incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Os resultados não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados dos ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

e. Divulgação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2020 foram apreciadas pela Administração em 11 de novembro de 2020.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas nessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas (informações trimestrais) são as mesmas aplicadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

4 Preparação das informações contábeis intermediárias/demonstrações contábeis

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações de todas as empresas a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	30/09/2020	31/12/2019
Controladas diretas:		
Dommo International	100,00	100,00
Dommo R-11	100,00	100,00
OGPar (i)	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
Dommo Austria	100,00	100,00
OGX Netherlands Holding	100,00	100,00
OGX Netherlands	100,00	100,00
Controladas em conjunto:		
Atlanta Field (ii)	40,00	40,00

(i) Incorporada por ações em 26 de novembro de 2018 (nota explicativa 10)

(ii) Controlada em conjunto ("empreendimento em conjunto") com a Enauta e a Barra (nota explicativa 11).

Provisão para perda em investimento (Atlanta Field B.V. ou AFBV)

Em 9 de janeiro de 2019, a QGEP Netherlands Holding B.V. e a Barra 1 S.à.r.1 emitiram uma notificação conjunta solicitando a transferência de 100% da participação acionária da Dommo Netherlands Holding B.V. na AFBV na proporção de suas participações.

Em 10 de janeiro de 2019, a Barra 1 S.à.r.1 iniciou uma arbitragem contra a Dommo Netherlands Holding BV cobrando o montante USD 6.219 referente a *cash calls* em aberto. Em 16 de janeiro de 2019 a QGEP Netherlands Holding B.V. emitiu uma notificação mencionando que a Dommo Energia possui valores de *cash calls* em aberto no montante de USD 5.375.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado somadas as participações de Barra 1 S.à.r.1 e da QGEP Netherlands Holding B.V. era de R\$ 48.271 (R\$ 46.404 em 31 de dezembro de 2018) conforme divulgado na nota explicativa 16.

A Dommo Energia, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, está analisando tais notificações e as possíveis ações administrativas, judiciais e arbitrais a serem conduzidas. Mesmo considerando uma avaliação de perda como possível pelos assessores jurídicos e vinculada às conclusões da arbitragem relacionada ao BS-4, a Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2018 uma provisão para perdas em investimentos (*impairment*) relativa à sua participação na AFBV no montante de R\$ 223.273.

Ressaltamos que essa alteração do registro contábil atende essencialmente a determinações do CPC 01 e do CPC 25 e, não representa o entendimento da Administração da Companhia e de seus assessores jurídicos sobre as notificações e a arbitragem iniciada e nem traz prejuízo a qualquer estratégia jurídica a ser eventualmente implementada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e conta corrente	12.784	15.209	62.557	118.995
Fundo de investimento	-	-	1.175	6.675
	12.784	15.209	63.732	125.670

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como ativos financeiros a custo amortizado. O Fundo de Investimentos Itaú TOP RF Referenciado DI, administrado pelo Banco Itaú, é lastreado basicamente em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas. A rentabilidade média ponderada no período findo em 30 de setembro de 2020 equivale a 80,87% do CDI (95,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Esses ativos são classificados como equivalentes de caixa porque possuem características de conversibilidade imediata.

6 Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
DVB Bank (i)	4.707	3.368	4.707	3.368
CDB Itaú (ii)	-	-	-	3.215
	4.707	3.368	4.707	6.583

- (i) Depósito vinculado associado à prestação de garantia de desativação e/ou fundo de abandono do Campo Tubarão Azul.
- (ii) CDB vinculado à garantia de contratos com fornecedores associados à Revitalização do Campo de Tubarão Martelo. A Companhia resgatou no segundo trimestre de 2020 o valor integral desse CDB.

7 Contas a receber

O saldo de R\$ 79.501 em 30 de setembro de 2020 está associado à comercialização do óleo do Campo de Tubarão Martelo. Em 31 de dezembro de 2019 não havia saldo a receber em aberto. O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é inferior a 30 dias.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Estoque de óleo	5.794	85.389	5.532	81.173
Ativo não circulante				
Materiais de exploração e produção (E&P) (i)	68.530	68.525	82.453	82.448
(-) Provisão para perda (ii)	(68.530)	(68.525)	(68.530)	(68.525)
	-	-	13.923	13.923
Total circulante e não circulante	5.794	85.389	19.455	95.096

- (i) Composto basicamente por materiais necessários à execução de campanhas de perfuração da Companhia como, por exemplo, tubos e brocas. A Companhia atualmente não opera em nenhuma campanha de perfuração e nem tem perspectivas de operar qualquer outra campanha. Dessa forma foi constituída provisão para perda desses materiais.
- (ii) A Companhia avalia periodicamente as oportunidades de alienação desses materiais e constituiu provisão para perda para manter o ativo ao valor esperado de realização.

Conciliação estoque (óleo e materiais E&P) e demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	85.389	95.096
Saldo em 30 de setembro de 2020	5.794	19.455
Variação	79.595	75.641
Parcela da depreciação/amortização no estoque de 31 de dezembro de 2019	(9.291)	(9.291)
Parcela da depreciação/amortização no estoque de 30 de setembro de 2020	350	350
Provisão para perda no estoque de 31 de dezembro de 2019	68.525	68.525
Provisão para perda no estoque de 30 de setembro de 2020	(68.530)	(68.530)
Variação dos estoques na DFC	70.649	66.695

	Movimentação estoque de óleo consolidado			
	31/12/2019	Custo da	Custo dos	30/09/2020
	Estoque inicial	produção	produtos vendidos	Estoque Final
Leasing	28.481	108.506	(134.620)	2.367
O&M	17.788	60.960	(77.539)	1.209
Logística	18.102	63.877	(80.578)	1.401
Outros gastos	1	(1.563)	1.309	(253)
Depreciação	9.291	19.515	(28.456)	350
Royalties	7.510	19.869	(26.921)	458
	81.173	271.164	(346.805)	5.532

9 Outros créditos e despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Prêmio de seguros	475	2.109	475	2.109
Adiantamentos a fornecedores	395	4.838	415	4.858
Adiantamentos a colaboradores	198	286	218	300
Depósito Judicial	17.706	-	17.706	-
Saldo a receber transação TBMT - Petro Rio (nota 1.2)	19.313	-	19.313	-
Outros	25	440	56	119
	38.112	7.673	38.183	7.386

10 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Dommo International	88.266	44.005	-	-
Dommo R-11	2.589	3.763	-	-
Ajuste equivalência Dommo Netherlands (i)	-	-	262	4.216
	90.855	47.768	262	4.216

(i) Refere-se à parcela da receita do *lease* da Dommo Netherlands eliminada na consolidação contra o custo de produção (estoque) da Dommo Energia.

10.1 Movimentação do investimento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	17.045	1.677
Contribuição de capital em participações societárias	2.535	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	2.407	-
Resultado de equivalência patrimonial	(278.162)	2.432
Reclassificação equivalência patrimonial OGPAr (ii)	7.780	-
Estorno ajuste equivalência Dommo Netherlands período anterior	-	(1.677)
Reclassificação investimento Dommo Austria (i)	288.937	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	40.542	2.432
Contribuição de capital em participações societárias	2.880	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(1.414)	-
Resultado de equivalência patrimonial	157.081	1.784
Reclassificação equivalência patrimonial OGPAr	(1.271)	-
Reclassificação investimentos Dommo Austria	(150.050)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	47.768	4.216
Contribuição de capital em participações societárias	9.208	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	20.709	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.752.860)	262
Reclassificação equivalência patrimonial OGPAr (ii)	27.705	-
Estorno ajuste equivalência Dommo Netherlands período anterior	-	(4.216)
Reclassificação investimentos Dommo Austria (i)	1.738.325	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	90.855	262

(i) O saldo de R\$ 1.738.325 refere-se à movimentação do patrimônio líquido da Dommo Austria, cujo detalhe está no quadro do item (b) dessa nota explicativa e na nota explicativa 14.

- (ii) O saldo de R\$ 27.705 refere-se à equivalência patrimonial da OGPar que foi reclassificada para "empréstimos e financiamentos" (ativo). Vide maiores detalhes no item (b) abaixo.

10.2 Informações sobre as participações societárias

	30/09/2020					
	No Brasil		No exterior			
	Dommo R-11	OGPar	Dommo International	Dommo Áustria	Dommo Netherlands Holding	Dommo Netherlands
Ativo circulante	5.478	52	31	45.402	20	29
Ativo realizável a longo prazo	14.354	8.845	22	16.675.751	6.889	284.630
Investimentos	-	-	-	-	272.927	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	1.484
Total ativo	19.832	8.897	53	16.721.153	279.836	286.143
Passivo circulante	18	319	34	20.099.192	76.375	-
Passivo não circulante	17.225	110.104	3.885.904	596.112	16.640	13.216
Patrimônio líquido	2.589	(101.526)	(3.885.885)	(3.974.151)	186.821	272.927
Total passivo + patrimônio	19.832	8.897	53	16.721.153	279.836	286.143
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) do período	(1.174)	(27.705)	(1.723.981)	(1.738.325)	16.113	31.438

	31/12/2019					
	No Brasil		No exterior			
	Dommo R-11	OGPar	Dommo International	Dommo Áustria	Dommo Netherlands Holding	Dommo Netherlands
Ativo circulante	11.828	47	14	101.774	45	9
Ativo realizável a longo prazo	14.609	8.764	16	12.698.132	3.348	178.076
Investimentos	-	-	-	-	169.860	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	1.060
Total ativo	26.437	8.811	30	12.799.906	173.253	179.145
Passivo circulante	2	308	4	261	48.286	-
Passivo não circulante	22.672	82.324	2.191.847	15.035.471	11.891	9.286
Patrimônio líquido (i)	3.763	(73.821)	(2.191.821)	(2.235.826)	113.076	169.859
Total passivo + patrimônio	26.437	8.811	30	12.799.906	173.253	179.145
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.437)	(6.509)	(113.135)	(138.887)	28.418	32.473

Movimentação do patrimônio líquido da Dommo Austria:

Saldo em 30 de setembro de 2020	(3.974.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.235.826)
Movimentação demonstrada no item (a) dessa nota	(1.738.325)

- (i) Refere-se à totalidade do saldo do patrimônio líquido e do lucro/(prejuízo) do período.

11 Imobilizado (consolidado)

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	Imobilizado de exploração e produção	Total
Custo							
Em 01 de janeiro de 2019	4.872	889	10.965	1.826	404	254.059	273.015
Adições	-	-	552	-	-	86.754	87.306
Adições - provisão para compensação ambiental	-	-	-	-	-	3.740	3.740
Ajuste <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	(105.398)	(105.398)
Alienações	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Ajustes acumulados de conversão Cias <i>Offshore</i> (b)	-	-	-	-	-	41	41
Em 31 de dezembro de 2019	4.871	889	11.517	1.826	404	239.196	258.703
Adições	-	-	-	-	-	86.298	86.298
Adições - provisão para compensação ambiental	-	-	-	-	-	5.187	5.187
Alienações (c)	-	-	-	-	-	(1.732.596)	(1.732.596)
Reversão / realização <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	1.517.383	1.517.383
Ajustes acumulados de conversão Cias <i>Offshore</i> (b)	-	-	-	-	-	423	423
Em 30 de setembro de 2020	4.871	889	11.517	1.826	404	115.891	135.398
Depreciação Acumulada							
Em 01 de janeiro de 2019	(4.243)	(712)	(10.782)	(293)	(387)	(12.575)	(28.992)
Depreciação e depletação no período	(409)	(72)	(18)	(208)	-	(67.881)	(68.588)
Baixa depreciação <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	17.628	17.628
Em 31 de dezembro de 2019	(4.652)	(784)	(10.800)	(501)	(387)	(62.828)	(79.952)
Depreciação e depletação no período	(274)	(52)	(14)	(156)	-	(38.017)	(38.513)
Baixa depreciação <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	18.502	18.502
Em 30 de setembro de 2020	(4.926)	(836)	(10.814)	(657)	(387)	(82.343)	(99.963)
Taxas de depreciação e depletação	10	10	20	10	20	(a)	
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2020	(55)	53	703	1.169	17	33.548	35.435
Em 31 de dezembro de 2019	219	105	717	1.325	17	176.368	178.751

- (a) A depreciação e a depleção do imobilizado de exploração & produção ocorre a partir da declaração de comercialidade e do início da produção, com base no método das unidades produzidas (“DUP”).
- (b) Referem-se aos ajustes de conversão do câmbio sobre os saldos ativos da controlada internacionais Dommo Netherlands.
- (c) Baixa 80% ativo transação TBMT.

Avaliação de indicativos de *impairment*

A Companhia faz uma análise trimestral do status dos poços exploratórios. Caso sejam apontados como secos ou subcomerciais a Companhia realiza a baixa contábil para resultado. Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível). Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

a. Campo de Tubarão Martelo:

A celebração do novo contrato de afretamento da FPSO OSX-3 entre a Companhia e OSX-3 em 26 de novembro de 2018 estabeleceu novas condições que permitiu a realização de intervenções em poços do TBMT que resultarão na produção de 10,5 MMbbls (1P) até 2022 e a geração incremental de caixa no montante de R\$ 251.906. Esse novo cenário foi o fato determinante para a reavaliação da *impairment* em 2018 e foi novamente revisado no 4T19 resultando em uma nova constituição de *impairment* e cuja projeção de fluxo de caixa considera as seguintes premissas-chave:

- Abordagem: Projetaram-se fluxos de caixa desalavancados, expressos em termos reais e apresentados em dólar norte-americano convertido a taxa de fechamento do quarto trimestre de 2019 (“4T19”).
- Prazo: A projeção inicia-se em janeiro de 2019 e se estende até 2024 considerando as reservas provadas (1P) e prováveis (2P), sendo que a recuperabilidade está estimada até 2022 (1P), cujos detalhes são descritos na nota explicativa 1.3.
- Preço de venda: A referência utilizada é o preço médio do *brent* obtido nas publicações do U.S. *Energy Information Administration* e é o motivo da nova constituição de *impairment* em 2019.
- Intervenção nos poços: A Revitalização consiste na conclusão do quinto poço, 4HP, que já foi perfurado e precisa ser conectado ao FPSO, bem como atividades de *workover* nos quatro poços produtores, conhecidos como 2HP, 6HP, 8H e 44HP.
- Taxa de desconto: A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos reais e a taxa de desconto utilizada foi de 7,23% pós *tax* (11,18% pré *tax*).
- Valor residual: Não foi calculado um valor residual no último período, uma vez que a projeção foi estruturada com base na vida útil econômica dos ativos.

Destaca-se que, apesar da Administração utilizar as melhores expectativas, tais projeções estão sujeitas a incertezas diversas como custos e despesas estimados, preço do petróleo previsto, taxa de câmbio, eficiência dos equipamentos e equipe de produção, legislações emitidas por autoridades como ANP e IBAMA, legislação tributária, e aspectos geológicos como volume e comportamento dos reservatórios.

b. Campos de Atlanta e Oliva

Esse ativo permanece em disputa arbitral conforme descrito na nota explicativa 1.2 e, atendendo especificamente a legislação contábil representada pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes,

a Companhia revisou a *impairment* calculada e registrada em 31 de dezembro de 2018 e complementou valor, cujo novo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.084.369 (R\$ 651.119 em 31 de dezembro de 2017).

Em 20 de julho de 2020, a companhia foi notificada da sentença proferida na fase 3, do procedimento arbitral, que, dentre outras questões, reconheceu como válida a Notificação enviada pela Barra à Dommo Energia à época em que foi feita, tendo determinado que a Dommo Energia reembolse determinados custos às partes, possibilitando, ainda, a compensação de R\$ 1,6 milhões de cobranças indevidas da Operadora. A referida decisão ainda está pendente de análise de pedidos de esclarecimentos das partes, bem como de sua homologação pelo STJ.

Cumpra esclarecer, que a Companhia ainda possui outros procedimentos arbitrais em jurisdições diversas relacionadas ao bloco BS-4 envolvendo os parceiros Barra, Enauta e a ANP.

Movimentação da *impairment* do BS-4

Saldo da <i>impairment</i> em 31 de dezembro de 2017	651.119
Complemento da <i>impairment</i> do intangível em 2020	239.422
Complemento da <i>impairment</i> do imobilizado em 2020	193.828
Saldo da <i>impairment</i> em 30 de setembro de 2020	<u>1.084.369</u>

Depreciação

O imobilizado de exploração e produção é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

	Conciliação da depreciação e amortização - DFC	
	Controladora	Consolidado
Depreciação	20.011	38.513
Depreciação no estoque em 31/12/2019 conforme Nota Explicativa 8	9.291	9.291
Depreciação no estoque em 30/09/2020 conforme Nota Explicativa 8	(350)	(350)
Depreciação e amortização na DFC	<u>28.952</u>	<u>47.454</u>

12 Intangível (controladora e consolidado)

O intangível da Companhia corresponde a: (a) intangível de E&P, representado por bônus de assinatura pagos para se obter concessões de exploração, desenvolvimento e produção dos blocos e por valores pagos em aquisições de participações de terceiros (*farm ins*); (b) outros intangíveis representados, sobretudo, por *softwares*.

	Sistemas e programas de informática	Intangível de E&P	Total
Custo			
Em 01 de janeiro de 2019	40.568	7.023	47.591
Em 31 de dezembro de 2019	40.568	7.023	47.591
Alienação	-	(251.287)	(251.287)
Reversão / realização <i>impairment</i>	-	251.287	251.287
Em 30 de setembro de 2020	40.568	7.023	47.591
Amortização acumulada			
Em 01 de janeiro de 2019	(40.558)	(7.023)	(47.581)
Em 31 de dezembro de 2019	(40.558)	(7.023)	(47.581)
Em 30 de setembro de 2020	(40.558)	(7.023)	(47.581)
Taxas de amortização (% a.a.)	20		
Valor residual líquido			
Em 30 de setembro de 2020	10	-	10
Em 31 de dezembro de 2019	10	-	10

Amortização

A amortização do intangível de E&P ocorre a partir da declaração de comercialidade e do início da produção, com base no método das unidades produzidas ("DUP"). Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o único campo com comercialidade declarada e com produção iniciada era o Campo de Tubarão Martelo.

13 Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativo não circulante				
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar				
IRRF sobre aplicações financeiras	82	82	180	169
IRPJ saldo negativo	4.808	4.742	13.083	13.203
CSLL saldo negativo	1.660	1.623	1.660	1.623
PIS a compensar	13.918	13.476	13.918	13.476
COFINS a compensar	65.158	65.260	65.158	65.260
ICMS a recuperar	390	390	390	390
Outros a recuperar	1.033	1.032	11.195	3.533
	<u>87.049</u>	<u>86.605</u>	<u>105.584</u>	<u>97.654</u>
Passivo circulante				
Impostos e contribuições e participações governamentais a recolher				
IRRF	37.565	30.849	37.568	30.849
Retenção de contribuições sociais	2.753	196	2.759	197
COFINS a recolher	-	-	9	5
PIS a recolher	-	-	1	-
Royalties a pagar	1.171	4.264	1.171	4.264
Impostos incidentes na alienação de ativos da OGX Colômbia	6.263	-	6.263	-
Outros	75	6.390	77	6.391
	<u>47.827</u>	<u>41.699</u>	<u>47.848</u>	<u>41.706</u>
Passivo não circulante				
PIS e COFINS diferidos				
PIS diferido (i)	53.732	22.784	53.732	22.784
COFINS diferida (i)	330.657	140.210	330.657	140.210
	<u>384.389</u>	<u>162.994</u>	<u>384.389</u>	<u>162.994</u>

(i) No dia 01 de Abril de 2015 foi publicado o Decreto n° 8.426 restabelecendo, a partir de 01 de Julho de 2015, a alíquota do PIS e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativo. As alíquotas foram restabelecidas em 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, exceto para os casos previstos no próprio decreto, onde a alíquota se manteve a 0%. Tendo em vista que a Companhia tributa o resultado decorrente das variações monetárias em função da taxa de câmbio pelo regime de caixa, registrou provisão de PIS e COFINS diferidos sobre estas receitas de variações monetárias não realizadas.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Consolidado		Consolidado	
	30/09/2020		30/09/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo do período antes do IRPJ e CSLL	(405.800)	(405.800)	(120.150)	(120.150)
Adições/exclusões de natureza permanentes:				
Outras Adições Indedutíveis	14.282	14.282	66.573	65.132
Ajustes IRFS 16 (nota 33)	(38.653)	(38.653)	(23.575)	(23.575)
Ajuste preço de transferência	-	-	-	-
Resultado das empresas no exterior	103.864	103.864	269.329	269.329
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	(326.307)	(326.307)	192.177	190.736
	15% + Adicional 10%	9%	15% + Adicional 10%	9%
Alíquotas (%)				
IRPJ e CSLL corrente e diferido	(81.577)	(29.368)	48.044	55.516
IRPJ e CSLL corrente e diferido	(81.577)	(29.368)	48.044	17.166
(-) Compensação de incentivos fiscais	-	-	-	-
(+) Provisão para não realização de IRPJ e CSLL diferido	81.577	29.368	(48.044)	(17.166)
Composição do IRPJ e CSLL				
IRPJ e CSLL – corrente	-	-	-	-
IRPJ e CSLL – diferido	-	-	-	-
Total do IRPJ e CSLL contabilizado	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	-	-

Impostos diferidos e *Business Plan*

Adicionalmente, a Companhia e suas subsidiárias possuem estoque de prejuízos fiscais não reconhecidos contabilmente no montante de R\$ 7,4 bilhões.

14 Partes relacionadas

	Controladora									
	Créditos com partes relacionadas		Empréstimos com partes relacionadas - Ativo		Contas a pagar para partes relacionadas				Empréstimos com partes relacionadas - Passivo	
	(não circulante)		(não circulante)		(circulante)		(não circulante)		(não circulante)	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
OGPar (i)	5.237	5.237	3.341	3.266	-	-	-	-	-	-
Dommo Austria (ii)	596.112	425.966	20.098.138	14.609.504	-	-	(675.620)	(482.781)	(19.887.962)	(14.446.241)
Dommo Netherlands (iii)	-	-	7.162	5.000	(263.194)	(165.996)	-	-	-	-
Dommo Netherlands Holding	-	-	-	-	-	-	(73)	(52)	-	-
Dommo International	-	-	94.655	66.265	-	-	-	-	-	-
OSX 3 Leasing B.V. (iv)	-	-	-	-	-	(25.540)	-	-	-	-
Dommo R-11	342	342	17.170	22.328	-	-	(46)	(46)	-	-
	601.691	431.545	20.220.466	14.706.363	(263.194)	(191.536)	(675.739)	(482.879)	(19.887.962)	(14.446.241)

	Consolidado									
	Créditos com partes relacionadas		Empréstimos com partes relacionadas - Ativo		Contas a pagar para partes relacionadas				Empréstimos com partes relacionadas - Passivo	
	(não circulante)		(não circulante)		(circulante)		(não circulante)		(não circulante)	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
OSX 3 Leasing B.V. (iv)	-	-	-	-	-	(25.540)	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	(25.540)	-	-	-	-

Abaixo maiores informações sobre a rubrica “Empréstimos e Financiamentos passivos com partes relacionadas”:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa de juros	Contraparte	Controladora			
						30/09/2020	31/12/2019		Total
						Principal	Juros	Total	Total
Pré-pagamento de exportação (PPE)	US\$	Semestral	30/07/2034	9% a.a.	Dommo Austria	12.937.072	566.823	13.503.895	9.874.484
Debêntures 12.431 de Infra-estrutura	R\$	Semestral	30/07/2034	10,5% a.a.	Dommo Austria	2.025.000	125.701	2.150.701	2.150.701
Mútuo	US\$	ao final do contrato	30/07/2034	Libor 6M + 2,5%	Dommo Austria	258.246	969	259.215	185.229
Investimento na Dommo Austria (*)	n/a	n/a	n/a	n/a	Dommo Austria	3.974.151	-	3.974.151	2.235.827
						19.194.469	693.493	19.887.962	14.446.241
					Circulante	-	-	-	-
					Não circulante	19.194.469	693.493	19.887.962	14.446.241

(*) Investimento na Dommo Austria que possui patrimônio líquido negativo classificado como empréstimos e financiamentos com partes relacionadas atendendo ao disposto no CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, ao que se refere sobre a equalização dos valores a receber e a pagar.

Movimento do passivo “Empréstimos e Financiamentos passivos com partes relacionadas”

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.446.241
(-) Amortização do principal	(274.451)
(+) Variação cambial	3.977.847
(+) Ajuste Dommo Austria	1.738.325
Saldo em 30 de setembro de 2020	19.887.962

- (i) Refere-se basicamente a mútuo entre empresas ligadas.
- (ii) Empréstimos com partes relacionadas: No ativo refere-se aos créditos contra a Dommo Austria, em contrapartida da assunção da dívida referente aos *Senior Unsecured Notes*, que era garantida pela Dommo Energia, conforme previsto no plano de Recuperação Judicial. No passivo refere-se ao pré-pagamento de exportações, a debênture não conversível e ao mútuo a pagar à Dommo Austria.
- (iii) Refere-se substancialmente ao valor a pagar referente ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrado entre a Companhia e a investida Dommo Netherlands e adiantamento para compra de equipamentos feito pela Companhia para Dommo Netherlands.
- (iv) Valores relacionados ao arrendamento da FPSO OSX 3.

Outras informações sobre a rubrica empréstimos e financiamentos com partes relacionadas (passivos)

US\$ 2,6 bilhões *Senior Unsecured Notes* e US\$ 2,6 bilhões PPE

Em 3 de junho de 2011, a OGPar realizou a emissão no mercado internacional de US\$ 2.600.000 (equivalentes a R\$ 4.000.000) na modalidade *Senior Unsecured Notes* ou Títulos de Dívida no Exterior (“Bonds 2018”). O principal vence em 2018, enquanto os juros, cuja taxa era de 8,5% ao ano, eram devidos semestralmente nos meses de junho e dezembro. Os recursos foram destinados prioritariamente ao financiamento do desenvolvimento da produção nas Bacias de Campos e Parnaíba. Os custos para captação de US\$ 46.072 (equivalente a R\$ 74.310) foram contabilizados no passivo, reduzindo o valor captado. Esse montante foi apropriado para resultado ao longo da vigência do empréstimo pelo método da taxa efetiva. Em outubro de 2011 foi celebrado um aditivo ao instrumento de emissão dos Bonds 2018 no montante de US\$ 2.600.000, mediante o qual foi efetuada a substituição da OGPar por sua controlada a época Dommo Austria como emitente e principal devedora de tais títulos de dívida. Em contrapartida a esta operação, a OGPar e sua controlada a época Dommo Austria celebraram um contrato pelo qual foram cedidos pela OGPar à Dommo Austria os recursos captados com a emissão dos supracitados títulos de dívida (acrescentada a receita de juros gerada pela aplicação dos recursos captados até a data da cessão, bem como descontados os custos de emissão). Ainda em outubro de 2011 foi celebrado um contrato de pagamento antecipado de exportações (“PPE”), pelo qual a Dommo Austria concedeu à Dommo Energia um pagamento antecipado no montante de US\$ 2.600.000, com o propósito de financiar o desenvolvimento e produção do petróleo a ser exportado pela Dommo Energia à Dommo Austria. Em contrapartida ao pagamento antecipado, a Dommo Energia se comprometeu a exportar à Dommo Austria, até 27 de maio de 2018, através de um ou mais embarques, o número de barris de petróleo necessário para quitar o pagamento antecipado. O valor antecipado e ainda não quitado através de exportações de petróleo estava sujeito a juros de 9,0% a.a., com pagamentos semestrais.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial em 3 de junho de 2014 a Dommo Energia, atuando como garantidora das dívidas, reconheceu o Bonds 2018 como passivo e em contrapartida registrou um ativo contra a Dommo Austria. A Dommo Austria por sua vez deixou de reconhecer a dívida com os *bondholders* e reconheceu outra no mesmo valor contra a garantidora Dommo Energia. Em 30 de setembro de 2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Plano de Recuperação Judicial para conversão da dívida em instrumentos de patrimônio, a Dommo Energia registrou a extinção desse *Notes*. O plano de recuperação judicial postergou o vencimento do PPE e do crédito da Dommo Energia com a Dommo Austria pela sub-rogação dos bonds para 30 de julho de 2034. O plano prevê, ainda, que os juros do PPE entre a Dommo Energia e a Dommo Austria sejam congelados na data do pedido de recuperação judicial. A variação cambial continua a ocorrer.

US\$ 1,1 bilhão Senior Unsecured Notes e R\$ 2,0 bilhões Debêntures Lei 12.431/11 de Infra-estrutura

Em 30 de março de 2012, a Dommo Austria realizou a emissão no mercado internacional de US\$ 1.100.000 (equivalente a R\$ 1.900.000) na modalidade *Senior Unsecured Note* ou Títulos de Dívida no Exterior (“Bonds 2022”). O principal vence em abril de 2022, enquanto os juros, cuja taxa era de 8,375% ao ano, eram devidos semestralmente nos meses de abril e outubro. Os custos para captação de US\$ 17.800 (equivalentes a R\$ 39.000) foram contabilizados no passivo, reduzindo o valor captado. Esse montante foi apropriado para resultado ao longo da vigência do empréstimo pelo método da taxa efetiva. Em 28 de setembro de 2012 a Dommo Energia emitiu no mercado de valores mobiliários brasileiro, no âmbito da Instrução CVM 476, R\$ 2.000.000 em debêntures simples, quirografárias e não conversíveis em ações. A compensação da operação ocorreu em outubro de 2012. As debêntures são valores mobiliários enquadrados no âmbito da Lei 12.431/11 e os recursos levantados em decorrência da emissão foram integralmente utilizados para reembolsar gastos capitalizáveis incorridos pela emissora, durante a realização de sua campanha exploratória na Bacia de Campos, conforme expressamente previsto no Artigo 1º, § 1º, VI da referida Lei. As debêntures previam juros remuneratórios semestrais, em taxa anual de 10,5% ao ano. O principal vence em março de 2022. Na data da emissão das debêntures, os referidos títulos foram subscritos em sua integralidade pela Dommo Austria GmbH.

Com a aprovação do Plano em 03 de junho de 2014 a Dommo Energia, atuando como garantidora das dívidas, reconheceu o Bonds 2022 como passivo e em contrapartida registrou um ativo contra a Dommo Austria. A Dommo Austria por sua vez deixou de reconhecer a dívida com os *bondholders* e reconheceu outra no mesmo valor contra a garantidora Dommo Energia. Em 30 de setembro de 2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Plano de Recuperação Judicial para conversão da dívida em instrumentos de patrimônio, a Dommo Energia registrou a extinção desse *Notes*. O Plano postergou o vencimento das Debêntures e do crédito da Dommo Energia com a Dommo Austria pela sub-rogação dos Bonds 2022 para 30 de julho de 2034.

O Plano prevê, ainda, que os juros das debêntures Lei 12.431/11 entre a Dommo Energia e a Dommo Austria sejam congelados na data do pedido de recuperação judicial. A variação cambial continua a ocorrer.

Mútuos

O caixa das empresas controladas pela Dommo Energia é gerido de forma integrada de modo que sobras de caixa em uma Companhia podem ser transferidas para as demais através de contratos de mútuos entre as partes.

Em 30 de setembro de 2020 a Dommo Energia possuía um contas a receber da OGPar decorrente de mútuos nos montantes de R\$ 5.237 e R\$ 104.867, no curto e longo prazo, respectivamente, (R\$ 5.237 e R\$ 77.087 em 31 de dezembro de 2019). O mútuo de longo prazo está divulgado no montante de R\$ 3.341 (R\$ 3.266 em 31 de dezembro de 2019), pois está líquido do passivo a descoberto da OGPar no valor de R\$ 101.526 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 73.821 em 31 de dezembro de 2019).

Em 27 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração autorizou, considerando o término do processo de alienação das ações DMMO3 detidas pela OGPar, a Dommo Energia capitalizar o saldo remanescente de mútuos entre as empresas (“Saldo Final”).

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	68.031	25.460	68.194	25.612
Fornecedores estrangeiros	97.296	8.842	107.240	9.150
Provisões E&P (i)	4.117	5.935	4.117	5.935
	169.444	40.237	179.551	40.697

- (i) Provisões de E&P contemplam basicamente os custos ainda não faturados incorridos/estimados com serviços de instalação *subsea* e produção de óleo e gás. As provisões de produção são baseadas nas taxas diárias contratuais.

16 Provisões diversas

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Provisão ganho mínimo garantido (a)	801	646	-	-
Provisão para obrigação de abandono (b)				
Tubarão Azul	-	-	80.655	57.634
Tubarão Martelo	-	-	-	291.539
Provisões para contingências regulatórias (c)	-	-	151.617	137.279
Provisões para compensações ambientais (d)				
Campo de Tubarão Azul	-	-	12.789	12.505
Campo de Tubarão Martelo	-	-	46.331	45.303
Bacia de Campos	-	-	2.297	2.245
Bacia de Santos	-	-	13.394	9.571
Provisão para compromissos regulatórios assumidos (Nota 27)	-	-	53.743	53.743
Provisões trabalhistas	-	-	6.392	5.711
	801	646	367.218	615.530

- a) Provisão para ganho mínimo garantido - opções de ações: Provisão referente ao ganho mínimo garantido associado aos contratos antigos de opções de ações, já encerrados. Ao longo do terceiro trimestre de 2014 a Companhia renegociou com os beneficiários do ganho mínimo os termos do Acordo. Para aqueles beneficiários que aceitaram a proposta, a Companhia se comprometeu a pagar, no mês do acordo, 10% do valor total provisionado e mais 40% em 8 parcelas iguais mensais e consecutivas nos meses imediatamente subsequentes. Aqueles que aceitaram o Acordo concordaram que os 50% remanescentes, não seriam mais devidos pela Companhia.
- b) Provisão para obrigação de abandono futuro de campos de exploração e produção: A partir da declaração de comercialidade de seus campos e início das atividades de desenvolvimento, a Companhia, passa a constituir provisão para atender à obrigação de abandono das áreas (*Asset Retirement Obligation - ARO*) ao final do período de concessão. Tal provisão reflete a estimativa dos gastos a serem incorridos, sobretudo, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção. A Companhia concluiu a fase de abandono de Tubarão Azul relacionada ao tamponamento dos poços e a provisão remanescente é para a retirada de equipamentos submarinos ainda em fase de discussão com a ANP. Conforme previsão da transação TBMT com a Petro Rio a Companhia estornou integralmente a provisão para abandono do Campo de Tubarão Martelo.
- c) As provisões para contingências regulatórias referem-se à estimativas de multas relacionadas à regulamentações da ANP ou à cujo fato gerador já é conhecido. A Companhia não possui expectativa de nenhum desembolso financeiro relevante para os próximos 12 meses referente a estas contingências.
- d) Provisões para compensações ambientais relacionadas com a licenças ambientais. A Companhia se compromete junto ao IBAMA a efetuar certas compensações ambientais, com repasse de recursos a unidades de conservação.

17 Outras contas a pagar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Consórcio BS-4 (i)	1.2	47.648	47.648	47.648	47.648
Atlanta Field B.V.	11	-	-	67.553	48.271
Saldo a pagar transação TBMT - Petro Rio		76.870	-	76.870	-
Honorários de êxito e outras provisões		25.434	28.585	26.098	28.709
		149.952	76.233	218.169	124.628

- (i) Em consonância com a decisão da primeira fase do processo arbitral do Bloco BS-4 a Companhia estornou no 3T18 os *cash calls* e os *billings* recebidos e registrados a partir de outubro de 2017. Para maiores detalhes sobre o assunto vide nota explicativa 1.2.

18 Contingências

A Dommo Energia observa as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes sobre o registro de provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada, bem como sobre divulgação de passivos contingentes.

Na preparação das informações contábeis intermediárias para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas consideraram todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Os valores cujas perdas são consideradas prováveis estão provisionados e divulgados como "Provisões para contingências regulatórias" e "Provisões trabalhistas" na nota explicativa 16.

Os casos em litígios cuja expectativa de perda é considerada possível, baseado no julgamento da Administração da Companhia e de suas controladas e nas opiniões dos advogados externos, não foram provisionados e são divulgados nessa nota explicativa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os passivos contingentes não provisionados, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para tais litígios em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Tributária	1.995.238	1.984.103
Trabalhista	4.208	3.506
Cível	18.362	9.913
	2.017.808	1.997.522

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza tributária/fiscal	Controladora e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
<p>Autor: Receita Federal do Brasil ("RFB")</p> <p>Natureza do litígio: Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre as remessas de recursos ao exterior no período de 2009 para pagamentos de contratos afretamentos de embarcações com empresas estrangeiras.</p> <p>Situação atual: A discussão jurídica relacionada à incidência de IRRF trata da legalidade de ato normativo da RFB que garante alíquota zero para as referidas remessas. A Companhia ratifica a classificação da perda como possível em virtude de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores e buscará assegurar a defesa de seus direitos. Os processos envolvendo CIDE encontram-se em fase administrativa e em 28 de novembro de 2018 a Dommo Energia obteve decisão favorável no CARF. Essas discussões são classificadas como possível em função de haver previsão legal em linha com o entendimento da Companhia.</p>	114.619	113.689
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Cobrança de IRRF sobre remessas ao exterior pelo pagamento de juros decorrentes de Contrato de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") – vide detalhes dessa operação na nota explicativa 14 – em função da suposta descaracterização dessa transação como Operação de PPE e o não enquadramento da mesma, no ato normativo da RFB que regulamenta a alíquota zero de IRRF para remessa de juros ao exterior.</p> <p>Situação atual: A Companhia recebeu o auto de infração em 13 de dezembro de 2017, apresentou impugnação em 18 de janeiro de 2018 e ainda aguarda julgamento.</p>	695.755	689.296
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Não reconhecimento da dedutibilidade, na apuração do IRPJ e da CSSL, de despesas de juros decorrentes de Contrato de PPE – vide detalhes dessa operação na nota explicativa 14 – em função da suposta descaracterização dessa transação como Operação de PPE. O efeito em caso de perda seria somente uma redução da base de prejuízo fiscal.</p> <p>Situação atual: A Companhia recebeu o auto de infração em 13 de dezembro de 2017, apresentou impugnação em 18 de janeiro de 2018 e ainda aguarda julgamento.</p>	593.677	593.677
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Litígio referente ao não reconhecimento, pela RFB, dos créditos de PIS e de COFINS apurados pela Companhia sobre os gastos exploratórios e de produção.</p> <p>Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia.</p>	519.841	519.841
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Auto de infração exigindo o recolhimento de IRRF supostamente devido sobre os pagamentos a fornecedores estrangeiros.</p> <p>Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia.</p>	65.073	64.463
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Diversos</p> <p>Situação atual: Diversos</p>	6.273	3.137
	1.995.238	1.984.103

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Controladora e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
<p>Autor: Diversos</p> <p>Natureza do litígio: Questionamentos de horas extras, adicional noturno, danos morais, e outros.</p> <p>Situação atual: A questão envolve processos em fases judiciais diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia.</p>	4.208	3.506
Descrição dos processos cíveis	Controladora e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
<p>Autor: IBM Brasil - Indústria Máquinas e Serviços Limitada ("IBM")</p> <p>Natureza do litígio: Cobrança</p> <p>Situação atual: Em 29 de outubro de 2013 a Companhia rescindiu o contrato de prestação de serviços pactuado com a IBM. O fornecedor alegou que a rescisão não foi válida e que continuou prestando serviços, sem por eles receber, mesmo após a distribuição do pedido de recuperação judicial em 30 de outubro de 2013. Ainda segundo a IBM, tais valores não estariam submetidos à Recuperação Judicial. A Companhia, dentre outros argumentos, defende que eventual prestação de serviço foi residual e coligada à desmobilização do contrato, razão pela qual qualquer montante eventualmente devido estaria circunscrito à Recuperação Judicial.</p>	7.220	7.220
<p>Autor: Vociem Consultoria Empresarial E Contábil LTDA</p> <p>Natureza do litígio: Cobrança</p> <p>Situação atual: A demanda tem por objeto a cobrança de valor a que o autor alega ter direito, a título de honorários de êxito, na forma do Contrato de Prestação de Serviços firmado, em 26 de janeiro de 2017, entre as partes, por serviços que teriam sido prestados em favor da segunda ré, OSX Brasil S.A., atualmente em recuperação judicial. A alegação autoral é que teria direito a 25% (vinte e cinco por cento) dos créditos fiscais apurados em favor da segunda ré, que totalizariam o valor atualizado de R\$ 9.424.517,73 (nove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e dezessete reais e setenta e três centavos), ou seja, o autor pretende cobrar das rés, em conjunto, o valor de R\$ 2.356.129,43 (dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e três centavos).</p>	-	2.693
<p>Autor: Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Advogados Associados</p> <p>Natureza do litígio: Cobrança</p> <p>Situação atual: (a) Ação de execução de título executivo extrajudicial objetivando a cobrança de honorários advocatícios ad exitum, no valor de R\$2.819.554,33. Ainda, na petição inicial há pedido de tutela de urgência, objetivando (i) o arresto de bens da Executada; e (ii) o envio de ofício à ANP, para que se abstenha de autorizar ou homologar a cessão ou transferência dos direitos da Executada sobre o Campo Tubarão Martelo para a PetroRio, sem prévia autorização do juízo executivo; (b) Ação de execução de título executivo extrajudicial objetivando a cobrança de honorários advocatícios ad exitum, no valor de R\$6.648.852,91.</p>	11.142	-
	18.362	9.913

19 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Capital social

A tabela a seguir demonstra as movimentações no capital social da Companhia em 2019. No ano corrente, até 30 de setembro de 2020, não tivemos movimentações no capital social da Companhia.

Capital social em 31 de dezembro de 2018	10.250.677
(+) Aumento de capital	7
(+) Aumento de capital (i)	1.884.317
(-) Redução de capital (ii)	(11.722.602)
Capital social em 30 de setembro de 2019	412.399

(i) Aumento de capital com incorporação de saldos de reserva capital.

(ii) Redução de capital - Em 14 de janeiro de 2019 foi aprovada em AGE a redução do capital social da Companhia mediante a absorção dos seus prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

O capital social em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é representado por 270.040.228 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/1976 (redação alterada pela Lei 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei 9.249/1995.

c. Ajuste acumulado de conversão

Devido à conversão de moeda relativa aos investimentos em controladas estrangeiras foram apurados ajustes acumulados de conversão registrados na conta de resultados abrangentes.

d. Reservas de capital

O saldo negativo da reserva de capital no montante de R\$ 159.192 é decorrente do deságio apurado na incorporação por ações da OGPar.

20 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Óleo				
Receita bruta de vendas	274.449	340.040	288.690	356.163
(-) Impostos sobre as vendas	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	274.449	340.040	288.690	356.163

Volume comercializado em kbbls (mil barris) (i)

1.631,40 1.527,10

Em decorrência da desvalorização do barril de petróleo tipo Brent causada principalmente pela diminuição na demanda ocasionada pelo avanço mundial da Covid-19, houve uma redução no preço médio do barril comercializado nos nove meses de 2020.

(i) Informação não auditada/revisada pelos auditores independentes.

21 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
<i>Leasing</i>	155.020	118.941	134.620	103.448
O&M	77.539	65.670	77.539	65.669
Logística	80.578	64.038	80.578	64.039
Outros Gastos	(1.309)	4.511	(1.309)	4.497
	311.828	253.160	291.428	237.653
<i>Royalties</i>	26.921	33.357	26.921	33.358
Depreciação/Amortização	28.456	36.826	28.456	36.825
	367.205	323.343	346.805	307.836

- Leasing: No consolidado refere-se aos custos de arrendamento do FPSO OSX-3. Na controladora inclui, ainda, o arrendamento de equipamentos *subsea* entre Dommo Energia e Dommo Netherlands, cujo efeito é eliminado no consolidado.
- O&M: referem-se aos custos de operação e manutenção do FPSO OSX-3 e das bombas centrífugas submersas (BCS).
- Logística: referem-se aos custos com embarcações de apoio, helicópteros e combustível das embarcações de apoio e do FPSO.
- Outros Gastos: Inclui, dentre outros, alocação de despesas administrativas e gerais e custo de produtos químicos.

22 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Despesas com pessoal	9.854	20.811	9.854	20.859
Depreciação e amortização	435	462	435	462
Despesas com escritório	1.222	3.135	1.280	3.167
Serviços prestados por terceiros	12.999	11.737	31.385	15.353
Seguros	1.149	809	1.149	809
PIS e COFINS	4.746	4.059	4.754	4.086
Outros	1.287	753	1.289	898
	31.692	41.766	50.146	45.634

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Despesas financeiras				
Juros sobre provisão para abandono	(15.052)	(12.165)	(15.052)	(12.165)
Juros diversos	(6.953)	(125)	(6.950)	(126)
Valor justo instrumentos financeiros (i)	-	-	-	(18.372)
Despesa com juros IFRS 16 (nota 32)	9.550	(5.654)	9.550	(5.654)
Outras despesas financeiras	(1.063)	(852)	(2.348)	(5.420)
	(13.518)	(18.796)	(14.800)	(41.737)
Receitas financeiras				
Juros	4.165	5.328	-	-
Valor justo instrumentos financeiros (i)	-	-	-	13.096
Rendimento de aplicações financeiras	142	520	1.258	3.306
Outras receitas financeiras	103	371	251	694
	4.410	6.219	1.509	17.096
Varição cambial líquida	1.648.996	302.062	(131.547)	(17.201)
Resultado financeiro líquido	1.639.888	289.485	(144.838)	(41.842)

(i) Efeito do ajuste a valor justo das ações que a Companhia detinha da investida Eneva S.A.

24 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Provisão para perda de estoques	(5)	(3)	(5)	(3)
PIS/COFINS a compensar (a)	11.334	15.098	11.334	15.098
PIS/COFINS diferidos (b)	(221.396)	(48.634)	(221.396)	(48.634)
Provisão para perda de impostos a recuperar	(1.298)	(880)	(3.488)	(6.610)
Provisão para perda custos reembolsáveis abandono Campo de TBAZ	(12.625)	(14.258)	3.951	(1.785)
Provisões trabalhistas	(680)	(2.990)	(680)	(2.990)
Custos Dommo Netherlands	-	-	(16.648)	(12.752)
Estorno provisões diversas	(155)	8.636	(155)	8.636
Reembolso custos assessoria jurídica	-	1.708	-	1.708
Indenizações recebidas	-	4.132	-	4.132
Provisões multas ANP	5.970	-	5.970	-
Workover – Intervenção poço 7-TBMT-2HP Tubarão Martelo	(89.233)	-	(89.233)	-
Perdas na alienação de imobilizado – Transação TBMT (d)	(1.527.636)	-	(1.527.636)	-
Estorno efeitos IFRS 16	(90.173)	-	(90.173)	-
Perdas e ganhos na alienação de investimentos (c)	-	-	-	14.796
Outros	(11.153)	(682)	(10.123)	750
	(1.937.050)	(37.873)	(1.938.282)	(27.654)

- a) Créditos de PIS/COFINS apurados no período
 b) Despesa decorrente de PIS/COFINS diferidos sobre variação cambial ativa. Vide nota explicativa 13.
 c) Ganho na alienação das ações da Eneva S.A. Para maiores informações vide nota explicativa 6.
 d) Resultado transação TBMT com a Petro Rio.

25 Perda no valor de recuperação de ativos – *Impairment*

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Imobilizado (nota explicativa 11)				
Realização <i>impairment</i> TBMT	1.768.670		1.768.670	
Ajuste <i>impairment</i> relacionado ao abandono e demais ativos	-	(68.531)	-	(68.531)
Depreciação equipamentos Dommo Netherlands	-	-	18.502	13.661
	1.768.670	(68.531)	1.787.172	(54.870)
Ajustes de Conversão (i)	-	-	(1.853)	(909)
Efeito no resultado	1.768.670	(68.531)	1.785.319	(55.779)

(i) Ajuste de conversão afetando *impairment* das empresas internacionais.

26 Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Conselho de Administração (honorários e encargos)	1.217	1.591	1.217	1.615
Administradores (pró-labore, salários, benefícios e encargos)	2.481	4.225	2.481	4.249
Comitê de Auditoria (honorários e encargos)	-	55	-	55
Total da remuneração dos administradores	3.698	5.871	3.698	5.919
Conselho Fiscal (honorários e encargos)	356	356	356	356
Total da remuneração dos administradores, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria	4.054	6.227	4.054	6.275

27 Compromissos assumidos

Programa Exploratório Mínimo (“PEM”)

No terceiro trimestre de 2016 a Companhia recebeu correspondência da ExxonMobil, parceira e operadora do Bloco POT-M-762, comunicando que a mesma havia recebido um Ofício da ANP no dia 4 de julho de 2016 requerendo que ambas as partes, Dommo Energia e ExxonMobil, procedessem o pagamento do valor de R\$ 107.487 correspondente às 1.004,55 Unidades de Trabalho não cumpridas no Contrato de Concessão em epígrafe. Nessa correspondência, a ExxonMobil notificou a Dommo Energia a quitar 50% do valor (R\$ 53.743) em função das obrigações assumidas no *Joint Operating Agreement*. A esse respeito, no entendimento dos assessores legais da Dommo Energia, não deve ser concedido tratamento privilegiado a esse crédito referente ao PEM não cumprido, tendo em vista que trata-se de crédito constituído anteriormente à Recuperação Judicial da Dommo Energia, cuja exigibilidade somente seria possível após a implementação de determinadas condições. Assim, a Dommo Energia apresentou habilitação retardatária de crédito perante o Juízo em que tramita seu processo de recuperação judicial, requerendo a inclusão do crédito em questão no quadro geral de credores, tendo em vista que o compromisso do PEM é originário de fato ocorrido no primeiro semestre de 2013, ou seja, antes do pedido de recuperação judicial. Em 02 de março de 2018, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu sentença entendendo pela extinção do processo sem resolução

de mérito. Diante da referida decisão, a Companhia apresentou o recurso cabível, o qual foi julgado procedente no último dia 12 de julho de 2018, pela 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), sendo determinada a habilitação retardatária do crédito de R\$ 53.743 no quadro geral de Credores. Foi interposto Recurso Especial pela ExxonMobil para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual não foi conhecido por intempestivo. A ExxonMobil interpôs embargos de declaração da referida decisão. Os embargos de declaração foram acolhidos, com a admissão do Recurso Especial, ainda pendente de julgamento. Considerando que ainda não houve o trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia no TJRJ, foi mantida a provisão para esse passivo (nota explicativa 16).

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas mantem operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Derivativos e gerenciamento de risco

a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas possuem política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio da análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Gerenciamento de Riscos e na Norma de Aplicações Financeiras e Hedge.

b. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

b.1 Risco de variação de preço do petróleo

Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem política formal de gerenciamento de estoque e

comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* preveem a possibilidade de utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia. A volatilidade do preço do petróleo tipo *brent* é uma das premissas da Companhia para efetuar teste de *impairment* de seus ativos. Vide notas explicativas 11 e 25.

Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço

De acordo com a Política de Comercialização a Companhia pode utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, “*collars*” e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - *New York Mercantile Exchange* e ICE - *Intercontinental Exchange*, assim como no mercado de balcão. No período findo em 30 de setembro de 2020 a Companhia e suas controladas não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

Análise de sensibilidade - testes de estresse

Para 30 de setembro de 2020 a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade para os derivativos de petróleo, pois, na data base em questão não havia posições em aberto.

b.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas.

Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas trabalham no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas pela Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

Exposição cambial líquida

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Ativo (i)	14.810.583	10.838.049
Passivo (ii)	(14.872.147)	(11.085.902)
Passivo líquido em moeda estrangeira	(61.564)	(247.853)

- (i) Refere-se, substancialmente, ao saldo de equivalentes de caixa, depósitos vinculados mantido em dólares, contas a receber em moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos ativos em dólares e ao crédito sub-rogado dos Bonds captados.

- (ii) Refere-se ao PPE passivo em US\$ entre Dommo Energia e Dommo Austria, vide nota explicativa 14 item (i), ao investimento na controlada Dommo Austria, vide nota explicativa 14, e a provisão para obrigação de abandono futuro dos Campos de Atlanta e Oliva e do Campo de Tubarão Martelo. Vide nota explicativa 16.

Análise de sensibilidade para risco cambial

Os cenários definidos nesta análise partiram da taxa de câmbio de 30 de setembro de 2020:

- Cenário I: valorização do US\$ perante o R\$ - em 25%.
- Cenário II: desvalorização do US\$ perante o R\$ - em 25%.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade do saldo líquido de ativos e passivos em US\$ em aberto em 30 de setembro de 2020. Os valores positivos representam receitas e os negativos correspondem a despesas.

	Valor de referência (US\$)	Cenário I (R\$)	Cenário II (R\$)
Ativo líquido em moeda estrangeira	(10.914) (*)	(15.389)	15.392

(*) Corresponde aos R\$ (61.564) apresentados na seção de "exposição cambial líquida", na nota explicativa 28b.2, convertidos para US\$ pela taxa de fechamento de 30 de setembro de 2020 de R\$ 5,6407 por US\$.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o *rating* da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a Companhia possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

Quadro de risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	12.784	15.209	63.732	125.670
Depósitos vinculados	4.707	3.368	4.707	6.583
Contas a receber	-	-	79.501	-
Outros créditos (exceto despesas antecipadas)	37.637	5.564	37.708	5.277
	55.128	24.141	185.648	137.530

d. Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo. O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas por faixa de vencimento.

	30/09/2020 – Consolidado					Total
	Vencido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais que 2 anos	
Fornecedores	23.686	155.865	-	-	-	179.551
Outras contas a pagar – Consórcio BS-4 (i)	115.201	-	-	-	-	115.201
Outras contas a pagar	-	102.968	-	-	-	102.968
Total	138.887	258.833	-	-	-	397.720

(i) Refere-se às chamadas de capital devidas pela Companhia ao Consórcio BS-4.

e. Risco de volatilidade no preço das ações

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos pela Companhia e classificados no balanço patrimonial consolidado como mensurados ao valor justo por meio do resultado. O lucro líquido do exercício flutuaria em decorrência de ganhos ou perdas sobre o preço das ações mensuradas ao valor justo por meio de resultado.

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de fechamento.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas informações contábeis intermediárias são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas informações contábeis intermediárias ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia,

reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está apresentada a seguir:

	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Modelo de precificação baseado em preços observáveis em mercado ativo (Nível II)	Modelo de precificação sem o uso de preços observáveis (Nível III)
Aplicações financeiras	-	1.175	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	-	1.175	-

	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Modelo de precificação baseado em preços observáveis em mercado ativo (Nível II)	Modelo de precificação sem o uso de preços observáveis (Nível III)
Aplicações financeiras	-	6.675	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	6.675	-

Não houve reclassificação entre as categorias de hierarquia do valor justo de Aplicações Financeiras em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos e contrata também seguro de Responsabilidade Civil de Administradores - D&O. Em 30 de setembro de 2020 os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Campanha exploratória	US\$'000
Risco de petróleo ("blow out") da Bacia de Campos (<i>Offshore</i>)	(*) 615.000
Operação <i>Workover</i>	30.000
Construção (<i>Builders Risks</i>)	20.000
Responsabilidade Civil (<i>Builders</i>)	10.000
Proteção e Indenização OSX-3 (P&I)	(*) 500.000
Demais seguros	R\$' 000
Riscos Operacionais Patrimonial	9.012
Responsabilidade Civil Geral	20.000
Responsabilidade civil de Administradores - D&O	60.000

(*) Refere-se à 100% da importância segurada. De acordo com a atual participação da Companhia no Campo de TBMT, o percentual de interesse da Companhia é 20% do valor informado.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

30 Informações por segmento

A exploração e produção de óleo e gás é o único segmento em que a Companhia e suas controladas atuam.

31 Resultado por ação

	Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Prejuízo básico e diluído por ação		
Numerador básico e diluído:		
Prejuízo atribuível aos acionistas	(405.800)	(120.150)
Denominador básico e diluído:		
Média ponderada de ações	270.040.027	270.040.027
Resultado por ação – em reais	(1,50274)	(0,44493)

32 Arrendamentos - IFRS 16 (Controladora e Consolidado)

Os arrendamentos incluem, principalmente, a FPSO OSX-3 alocada à produção do Campo Tubarão Martelo, as embarcações de apoio e outros equipamentos atrelados à produção e a composição dos saldos e efeitos no resultado no semestre dos direitos e uso e financiamentos estão demonstrados a seguir.

	Direitos de Uso		Arrendamentos a pagar	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
	Custo		Principal e Juros	
Ativos de exploração e produção	-	1.022.415	-	1.022.415
Edificações e benfeitorias	8.047	8.047	8.047	8.047
	8.047	1.030.462	8.047	1.030.462
	Amortização acumulada		Amortização	
Ativos de exploração e produção	-	(204.483)	-	(252.475)
Edificações e benfeitorias	(2.816)	(1.609)	(2.835)	(1.839)
	(2.816)	(206.092)	(2.835)	(254.314)
			Juros incorridos	
Ativos de exploração e produção			-	9.559
Edificações e benfeitorias			23	14
			23	9.573
Saldos líquidos	5.231	824.370	5.235	785.721
Passivo circulante			1.627	203.610
Passivo não circulante			3.608	582.111

Redução da despesa financeira com juros (nota explicativa 23)	9.550
Diminuição do custo de produção e de outras despesas operacionais	(48.203)
Redução do valor do estoque	-
Efeito no resultado do ano pela adoção do IFRS 16 em comparação ao resultado com as normas anteriores	(38.653)

Em agosto de 2020 em função do FOA do Campo de TBMT a Companhia estornou do seu balanço patrimonial todos os efeitos do IFRS 16 associados a operação do referido campo.

33 Eventos subsequentes

Aumento do capital social

Em 21 de outubro de 2020, o Conselho de Administração deliberou o aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de créditos, dentro do limite do capital autorizado, no valor total de R\$ 43.215.605,64 (quarenta e três milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos), com a emissão privada de 37.908.426 (trinta e sete milhões, novecentas e oito mil, quatrocentas e vinte e seis) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,14 (um real e quatorze centavos) por ação. O presente aumento de capital visa a reduzir o endividamento da Companhia e quitar débitos em aberto sem utilização de caixa, destinando-se à quitação integral de créditos detidos pela OSX 3 Leasing B.V. ("OSX-3"), do mesmo valor do aumento do capital social, oriundos de (i) débitos em aberto da Companhia adquiridos pela OSX-3 diretamente do credor; (ii) transação de empréstimo celebrado entre OSX-3 e a Companhia, através de instrumento privado que contempla opção de recebimento através de ações.

Os recursos aportados pelos acionistas em decorrência de eventual exercício dos seus respectivos direitos de preferência serão transferidos à OSX-3 em pagamento total ou parcial, conforme o caso, do seu crédito. A OSX-3, é um dos "*limited partners*" da sociedade Settlement ShareCo L.P., tendo participação correspondente a 46,2817%, que por sua vez é acionista da Companhia, detentora de ações representativas de 46,2884% do capital total.

As informações e procedimentos a serem observados referentes ao Aumento de Capital foram divulgadas aos acionistas através de Aviso aos Acionistas, no dia 21 de outubro de 2020.

Diretoria

Paulo Souza Queiroz Figueiredo
Diretor Presidente

Eduardo Yuji Tsuji
**Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores**

Controller e Contador responsável

Luciano Magalhães Janoni
CRC-RJ 115869/O-9